

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**82ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de setembro de 2023.**

## **PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 78ª, 79ª e 80ª realizadas, respectivamente, em 06, 11 e 12 de setembro de 2023.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do expediente.

## **O F Í C I O S**

**Da Deputada Soane Galvão comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 28, 29 e 30/08/2023.**

**Do Deputado Marcinho Oliveira comunicando que, devido à audiência Pública com a Comissão de Aviação e Transporte na Câmara dos Deputados em Brasília, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/08/2023.**

**Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 09/08/2023.**

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o Pequeno Expediente, com a palavra o deputado, o líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Queria fazer uma comunicação inadiável.

Presidente, diante desses debates que vêm acontecendo com relação à segurança pública, o governador Jerônimo Rodrigues reuniu toda a área da segurança pública, o secretário da Segurança Pública, o comandante da Polícia Militar, a delegada-chefe, a área da Polícia Técnica, junto com a Casa Civil, e algumas medidas foram tomadas no sentido de coibir situações que vinham acontecendo, principalmente aqui, na cidade de Salvador. Algumas ações foram deliberadas e essas ações estão surtindo efeito do ponto de vista de evitar que a violência se generalize e traga consequências para a sociedade baiana, em especial para a sociedade soteropolitana.

Semana passada, nós fizemos uma reunião aqui, na Casa, sobre o Planserv, quando foram apresentadas aqui pela diretora-geral do Planserv, Sr.<sup>a</sup> Socorro Brito, as informações mais complexas sobre a situação do Planserv. E nós fizemos uma reunião aqui que atraiu diversos deputados e deputadas...

(O microfone do deputado fica mudo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vejam o que está acontecendo com o microfone do deputado Rosemberg, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto: Alô, alô, alô, alô.

E ela veio à Casa e apresentou informações aos diversos deputados e deputadas que gostariam de obter detalhes sobre a situação do Planserv. E demonstrou que o Planserv não perdeu qualquer tipo de serviço e nem houve qualquer descredenciamento por parte de clínicas e hospitais, exceto o Hospital Aeroporto, em Lauro de Freitas, que foi adquirido pela rede D'Or e esse hospital, então, está atrelado a seu plano de saúde específico.

Então, os esclarecimentos foram feitos aqui.

Na mesma linha dos esclarecimentos que foram feitos sobre o Planserv pela diretora do Planserv, na próxima quarta-feira, às 9h30min, nós teremos uma apresentação aqui do secretário da Segurança Pública, junto com o coronel Coutinho, comandante da Polícia Militar, e a diretora-geral da Polícia Civil, que virão aqui, à Casa Legislativa, com o mesmo espírito da diretora Socorro, do Planserv, para

também fazer uma apresentação das medidas que estão sendo tomadas com o objetivo de fazer o enfrentamento à violência, que não é uma situação exclusiva da Bahia. Nós estamos vivendo esses problemas no Brasil inteiro, e, é lógico, aqui, na cidade de Salvador, com algumas alterações para além do que tem acontecido nos diversos estados do nosso país.

Infelizmente, o tráfico de drogas, o crime organizado se comporta hoje como uma empresa e se realocaliza a cada momento, a depender dos interesses dos seus negócios, vamos dizer assim. E as disputas por mercado têm levado, inclusive, a essa alteração no quadro de segurança pública, alimentando uma violência extremamente difícil. Mas a Polícia Militar e a Polícia Civil do nosso estado têm tomado a dianteira no sentido de tentar coibir essas ampliações da violência no estado.

Infelizmente, algumas das pessoas que saíram para esse enfrentamento, a exemplo do agente da Polícia Federal, que veio a óbito num combate, recentemente, com a marginalidade no bairro de Valéria. Isso acaba, obviamente, trazendo para nós uma reflexão muito grande sobre essa situação por que passa o nosso estado e como nós devemos valorizar as nossas polícias, seja a Militar, seja a Polícia Civil, porque são elas, para além da política estadual da segurança pública, com a sua inteligência, o seu debate, a sua organização... O primeiro combate público à violência que se tem é através da Polícia Militar e da Polícia Civil, e em situações como essa nós precisamos estar atentos e solidários, porque são desses homens e mulheres que compõem essas instituições que saem as ações que nos leva a poder proteger a nós e aos nossos familiares.

Então, eu venho aqui fazer esse comunicado, que na próxima quarta-feira, às 9h30min, estará aqui o secretário da Segurança Pública, junto com as instituições que compõem a política da segurança pública no estado. Conversei, inclusive, com o deputado Pablo sobre o convite que havia sido feito ao secretário para que ele pudesse vir aqui. Então,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ainda tenho 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda?

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) em função da vinda do secretário aqui, junto com a sua equipe, isso supre, na realidade, uma solicitação já feita pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia.

Essa reunião foi construída com a participação, inclusive, da Presidência da Casa, na pessoa de V. Ex.a, dos líderes da Maioria e da Minoria para atender um pouco a essa demanda de informações da Casa Legislativa.

Por isso, eu queria informar aos deputados e deputadas para que se organizem, aqueles interessados, para que na próxima quarta-feira, às 9h30min, recepcionemos aqui o nosso secretário com a sua comitiva e, obviamente, ter uma reunião que possa trazer as informações necessárias para garantir o bom andamento da política da segurança pública no estado da Bahia.

Então, eram essas as informações que eu gostaria de passar aqui para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

**O Sr. HILTON COELHO:** Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, é com muita satisfação que nós ocupamos esta tribuna para dizer que o atual ministro de Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, o ministro Sílvio de Almeida, será baiano. Nós aprovamos... Foi uma alegria muito grande ter sido aprovada aqui, nesta Casa, a nossa proposta de concessão desse Título de Cidadão Baiano a Sílvio de Almeida, que é alguém que tem marcado a história política do nosso país antes mesmo de ser ministro, sendo uma grande referência do movimento negro, da luta do nosso povo, uma referência que ganhou não apenas os salões de debates, mas o respeito dos movimentos sociais.

Eu diria que, hoje, é uma referência internacional, que tem tido um papel importantíssimo para refazer, para conseguir reverter um conjunto de retrocessos que nós tivemos nesse campo dos direitos humanos, de afirmação da cidadania brasileira nesses últimos 4 anos.

Um governo extremamente cruel que fez com que a autoridade brasileira caísse ainda mais, porque a trajetória foi a de negação de direitos básicos do nosso povo, especialmente dos direitos humanos. E todo o esforço que foi feito nas últimas décadas foi sendo, nos 4 últimos anos, desestruturado.

Sílvio tem cumprido esse papel nacional e internacional de reafirmar que o Brasil vai se colocar nos trilhos da afirmação desses direitos, e com muito talento, com muito compromisso, com muita criatividade. É um filósofo, um jurista, um intelectual, um escritor que através, especialmente, da disseminação do conceito de racismo estrutural tem refeito a leitura sobre o próprio racismo no Brasil.

Por isso, nós vamos ter aqui uma atividade que vai ser uma atividade espetacular, eu tenho certeza disso, com a presença das comunidades tradicionais, com a presença das organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras, com a presença de movimentos como o LGBTQIA+, o movimento feminista, um conjunto de representações da sociedade no campo da intelectualidade e da cultura que farão desta Casa uma Casa, a meu ver, cheia de orgulho, cheia de vida.

A Bahia, com certeza, estará mais afirmada, do ponto de vista desses valores, dessas lutas, com a titulação do nosso Sílvio de Almeida. Então, longa vida para Sílvio! É um orgulho muito grande para nós estarmos protagonizando essa concessão, que vai ser no dia 20 de outubro.

Eu queria, Sr. Presidente, inclusive, fazer um diálogo com V. Ex.<sup>a</sup> sobre a importância disso, de receber bem o nosso ministro, um ministro que, hoje, é uma referência internacional para o Brasil, uma referência positiva, deputada Olívia. Estou falando do título do nosso ministro Sílvio Almeida, que vai ser baiano a partir do dia 20 de outubro. Eu gostaria muito de ter a sua participação, deputada Olívia, assim como as dos demais deputados e deputadas, nesse que vai ser, a meu ver, deputado Pablo, um grande evento.

Mas, Sr. Presidente, em falando de Silvio Almeida, nós não poderíamos deixar de nos pronunciar sobre esse quadro lamentável, a situação por que passa a Segurança Pública na Bahia. A sociedade, deputado Pablo, nosso presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, está num misto de pânico e de estarrecimento. Essa é que é a realidade, infelizmente, e nós temos que dizer aqui.

E, por um lado, eu fico contente com o informe do líder do Governo, que diz que, finalmente, o secretário da Segurança Pública virá a esta Casa, mas eu quero lembrar que essa foi uma proposta apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e, infelizmente, uma proposta bloqueada. Depois de 6 meses dessa nova legislatura, agora o secretário da Segurança vem à Assembleia Legislativa falar quais são as posições.

É disso que nós estamos precisando. Nós não podemos ter uma situação tão complexa como essa, a morte de policiais, de trabalhadores da Segurança Pública acompanhada por essa situação, também, de ações seguidas de morte...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por parte das forças da segurança pública em nosso estado, que é algo que, a nosso ver, reflete essa ponta do iceberg. Nós não podemos barrar esse debate. A Assembleia Legislativa - só para concluir, Sr. Presidente - precisa assumir o seu protagonismo como principal espaço de debate institucional da Bahia em relação às suas grandes questões. E eu digo, hoje esta é uma questão inadiável para ser debatida democraticamente e para se ter um plano de ação do governo que vá...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de encontro a toda uma trajetória dessa política que, a nosso ver, sempre foi uma política genocida nas últimas décadas.

Então, precisamos discutir o proibicionismo; nós precisamos discutir a inteligência; nós precisamos discutir posições que, mesmo pontuais, têm significado, como a instalação das câmeras nos fardamentos dos policiais; enfim, um conjunto de debates que precisa ser feito. E nós não podemos simplesmente ficar enxergando, olhando esses números de maneira fria. Nós não podemos olhar a nossa juventude, que, hoje, está fora das escolas...

Eu me lembro do depoimento duma diretora que disse que um dos meninos que participavam do projeto do governo, um projeto de inclusão do governo, foi retirado porque o projeto acabou, e logo depois ele estava na lista daqueles que foram executados pela polícia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. HILTON COELHO:** Não pode ser esse projeto, do ponto de vista social e econômico, que vai ser levado à frente e que depois vai vitimar, especialmente, a nossa juventude negra e periférica.

Portanto, que o secretário da Segurança chegue a esta Casa, faça o debate sério, aponte perspectivas e, sobretudo, ouça a sociedade civil organizada, os nossos intelectuais, as nossas intelectuais, para nós encontrarmos caminhos para essa situação dramática em que a Bahia está mergulhada.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o próximo orador, eu, como presidente, não devo estar me manifestando, mas num assunto dessa gravidade, deputado Hilton, Srs. Deputados, eu não posso deixar de ter meu ponto de vista.

Eu digo que esse assunto da segurança é um assunto que não é para se fazer política, é um assunto de uma gravidade que eu não vejo, na minha opinião, minha simples opinião, solução nem a médio prazo, deputado Raimundinho.

Todo mundo sabe o que está envolvido por trás: está envolvida a droga, que tomou conta do nosso país; está envolvida a situação econômica do país, onde milhões de jovens estão desempregados, desalentados, sem perspectiva...

É claro que pobreza não é sinônimo de violência; se assim fosse, a Índia, como o país com a maior população do mundo, que ultrapassou a China, com mais de 1,4 bilhão de habitantes, seria o país mais violento do mundo, e não é. Claro que são questões culturais. A gente não pode negar o trabalho hercúleo em que as polícias, através do comandante Coutinho, através do secretário da Segurança, Marcelo Werner, um homem experimentado, a Polícia Civil e, no caso, a própria Polícia Federal, estão envolvidas.

Mas o que está acontecendo na Bahia, deputado Hilton, é simples, o governador, deputado Raimundinho, deputado Pablo, podia ter a opção de lavar as mãos. Com certeza, a violência, pelo menos as mortes iriam diminuir. Deixava lá os traficantes tomando conta dos bairros, das regiões, como está acontecendo, já acontece no Rio de Janeiro, deixava eles lá, vendendo droga a torto e a direito.

O que está acontecendo na Bahia é um enfrentamento, tentando não deixar que a Bahia chegue ao que o Rio de Janeiro e outros estados chegaram, onde já há bairros inteiros, regiões inteiras em que não existe mais o estado, está lá o crime organizado dizendo: "a internet, você paga a mim; o condomínio, você tem que pagar a mim; o botijão, você compra de mim". E é isso o que está acontecendo na Bahia, o resto é politicagem, com todo o respeito ao Rio de Janeiro, com todo o respeito que eu tenho, claro, às divergências, às posições de todos os deputados que foram eleitos com a sua independência.

Então, é claro que ninguém gostaria de estar vivendo na situação em que nós estamos vivendo. É uma situação dramática que não vai se resolver se não houver uma compreensão do Brasil inteiro, dos políticos, claro, também do Congresso Nacional, da sociedade para o problema da educação, o problema do emprego. É muito grave. Não vejo... não é dramaticidade, não, mas não vejo solução a curto e a médio prazos, não. É um assunto da maior gravidade.

Claro que o secretário virá aqui, secretário preparadíssimo, um homem experimentado, da inteligência da Polícia Federal, mas não tem milagre para se resolver o problema gravíssimo das drogas que levam para a violência, infelizmente,

é claro, como V. Ex.<sup>a</sup> falou, deputado Hilton, a maior parte da população pela desigualdade em nosso país, e a população mais humilde, mais carente e de cor, no caso daqui, da Bahia, infelizmente essa estatística, acaba pendendo, de uma forma ruim, para esse lado.

Claro que a gente, todos nós, gostaria de morarmos na Suíça, em que você não ouve falar em um assassinato, o que você não ouve falar em 1 ano em outros países do mundo. Mas é a triste realidade.

O secretário virá aqui, tem a maior competência para vir. Coronel Coutinho e todos os outros órgãos da Segurança vão prestar esclarecimentos, dizer o que é que está acontecendo: o enfrentamento, por determinação do governador, à ousadia, como V. Ex.<sup>a</sup> falou, de se matar policiais. V. Ex.<sup>a</sup> imagine, então, que existe a reação quando a polícia parte para cima nesse enfrentamento, que tem de ser como está sendo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Passo a palavra para a próxima oradora, deputada Olívia.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, quero, aqui, saudar a presença na Bahia do ministro Paulo Teixeira, que veio prestigiar, trazer mais investimentos para a agricultura familiar e para a economia solidária. É importante destacar também os investimentos na regularização fundiária de terras quilombolas. Esse encontro que o governador terá hoje, à tarde, com o ministro vai ser um encontro marcado por diversos anúncios importantes para o nosso estado.

Acabamos de ter também o encontro dele com os deputados estaduais, com os deputados federais, e ficou muito destacado o cuidado do governo federal com o estado da Bahia, a responsabilidade do nosso governo Lula com o estado da Bahia, esse estado que sofreu por 6 anos, quando vivenciamos o jejum, presidente, de um presidente da República que virou as costas para o Nordeste, sobretudo para o estado da Bahia. Nós estamos vendo as políticas sociais sendo restabelecidas no Brasil, tendo a Bahia como principal parceira e locus de investimentos do nosso governo federal. Diversos ministros já vieram aqui e a presença do ministro Paulo Teixeira hoje é mais um sintoma positivo do compromisso do governo federal com o nosso estado.

Quero, aqui, me pronunciar também sobre a minirreforma eleitoral que está acontecendo. Eu acho um absurdo este país sempre fazer mudanças na lei eleitoral sem garantir uma reforma política democrática, com discussão ampla, aberta com o conjunto da população, os grupos organizados, os movimentos sociais, os setores sub-representados na democracia representativa brasileira.

Não estamos falando de minorias. Nós, mulheres, e nós, negros e negras deste país, representamos a maioria, somos a maioria da população, entretanto, sub-representados e sub-representadas na estrutura democrática formal. É muito difícil uma candidatura negra ou de mulheres vingarem no processo de disputa eleitoral. As regras não são iguais para todos e todas, embora pareçam ser. A legislação é única e é para todo mundo, mas a gente vê que as condições de financiamento de campanha, as

redes de articulação política que favorecem determinadas candidaturas são completamente diferentes.

Então, não é à toa que em uma Casa como esta, que tem 63 cadeiras, apenas oito mulheres conseguiram se eleger na eleição de 2022. E a mudança que a Câmara dos Deputados tem feito, que está apontando, que aprovou, e o Senado também vai apreciar, é uma mudança que pode trazer ainda mais perdas, pode significar um retrocesso, porque, não é possível, reduz mais ainda os investimentos em candidaturas negras, por exemplo. Colocar um patamar de, apenas, 20% ser o mínimo a ser aplicado em candidaturas negras é um erro!

Nós já tínhamos algo que deveria ter sido consagrado na lei que está sendo votada, que seria a aplicação dos recursos eleitorais proporcionalmente ao número de candidaturas, como foi em 2022. Mas o que se quer agora é aprovar um valor mínimo de investimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que seria 20% ou 30%. Isso vai significar uma amarra, porque, no final das contas, os partidos vão acabar querendo investir apenas o mínimo. O mínimo vira um teto em vez de ser um piso.

Então, quero finalizar, aqui, a minha fala dizendo que essa reforma política não pode se transformar nesse absoluto retrocesso que nós estamos vendo se desenhar. É preciso rever isso. Essa história de os partidos agora não precisarem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) colocar 30% de candidaturas femininas, não terem essa responsabilidade, isso é um ataque a um avanço que nós mulheres tivemos, fruto de luta, de batalha e que agora, numa canetada, uma maioria masculina vai lá, faz um conluio e acaba aprovando essa desresponsabilização dos partidos.

Então, presidente, desculpe-me se me excedi, mas esse é um tema que precisava ser debatido pelo conjunto da sociedade brasileira e não por meia dúzia de parlamentares, de partidos, que, a partir de um acordo, vai lá e derruba uma conquista tão dura, tão difícil, das mulheres e da população negra para garantir uma mudança de nossa na presença nessa sub-representação que há no Parlamento. É triste, vergonhoso! E eu acho que isso precisa, merece uma atenção maior do conjunto da sociedade.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputada Olívia. Infelizmente, eu acho que o Lira não vai ouvir V. Ex.a, não, apesar de toda a razão que V. Ex.<sup>a</sup> tem.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pablo.

Eu acho que o Lira não vai ouvir o apelo da deputada, não. Não é, deputado Eures?

Depois, o deputado Robinson.



(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O Sr. PABLO ROBERTO:** Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, imprensa, pessoas que nos acompanham, eu subo, Sr. Presidente, a esta tribuna na tarde de hoje por um motivo muito especial, que é o aniversário de 190 anos de Feira de Santana, a nossa querida Princesa do Sertão.

Feira de Santana que é essa cidade forte, grande, acolhedora, com muitos homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras que têm acordado cedo todos os dias, trabalhado muito para sustentar as suas famílias e fazer com que Feira de Santana possa continuar sendo essa cidade grande, que cresce a cada dia e que acolhe tão bem o seu povo.

Hoje, Feira de Santana está realizando, ao longo do seu dia, desde as primeiras horas da manhã, uma programação extensa, organizada pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana, conduzida pelo prefeito Colbert, todos os seus secretários e várias autoridades, com as entregas de praças e escolas. Eu tive a oportunidade de participar de duas entregas de grandes escolas pela manhã.

De modo que eu quero parabenizar todos aqueles filhos de Feira de Santana que vêm trabalhando muito para que essa cidade continue sendo essa cidade tão grande e acolhedora.

E aproveitar, também, Sr. Presidente, esta oportunidade para convidar todos os deputados e deputadas, a sociedade baiana em geral, porque na próxima quinta-feira, dia 21, às 14 horas, aqui, neste Plenário, nós realizaremos uma sessão especial em homenagem aos 190 anos de Feira de Santana.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):** Com a palavra o deputado Robinson.

**O Sr. ROBINSON ALMEIDA:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, membros das galerias, profissionais de imprensa que acompanham a nossa sessão, Feira de Santana completa 190 anos de emancipação política. A cidade mais importante do interior da Bahia, cidade vocacionada ao trabalho, ao desenvolvimento, com mais de 600 mil habitantes, com uma economia muito voltada ao comércio, mas com a presença importante da indústria baiana. Cidade universitária que tem uma universidade estadual de referência e, também, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Feira de Santana é uma cidade que é um pouco a síntese da nossa Bahia. De um lado, já é Recôncavo, como Humildes e toda a região em direção ao Recôncavo Baiano; e do outro lado é o Sertão, o lado que faz divisa com as regiões da Bacia do Jacuípe, com os municípios vizinhos de Santo Estevão, de Ipirá, de Serra Preta. Por isso, Feira de Santana é uma cidade de referência obrigatória para todos nós baianos. E eu quero parabenizá-la, porque o melhor de Feira é o nosso povo que acorda cedo, que dorme tarde, que empreende, que trabalha muito para fazer de Feira de Santana a cidade que todos nós amamos e carinhosamente chamamos de “Princesa do Sertão”.

O deputado federal Zé Neto vai promover uma sessão solene em Brasília para comemorar essa data dos 190 anos e eu quero aqui registrar esse acontecimento importante. A delegação já partiu da cidade, de ônibus, vários empresários se dirigirão a esse evento em Brasília e a participação de políticos também é prevista.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também aqui fazer uma reflexão sobre a situação da nossa capital Salvador. Salvador foi fundada em 1549, portanto, estamos próximos de fazer 500 anos de existência. Durante séculos, Salvador foi a principal cidade do Hemisfério Sul, capital do Brasil, ponto de referência, cidade porto, cidade que organizou o desenvolvimento econômico do país e das regiões Norte e Nordeste.

Depois, com a saída da capital para o Rio de Janeiro, Salvador ficou com o destaque de ser a principal cidade do Norte e Nordeste. Agora, segundo o IBGE, no Censo 2022, Salvador perdeu a condição de maior cidade do Norte e Nordeste para Fortaleza. Isso porque 257 mil pessoas saíram de Salvador ou foram obrigadas a sair da cidade por falta de oportunidade de trabalho, de emprego, de renda. E, agora, Salvador ocupa a posição de segunda cidade do Norte e Nordeste.

Então esse é o legado do atual grupo que comanda a nossa cidade. Esse é o legado: rebaixaram Salvador, colocaram Salvador na segunda divisão. São 12 anos de gestão do atual grupo e Salvador parou, estagnou, se tornou uma cidade cara, que não atrai investimentos, que não atrai novos empreendimentos, porque criaram uma indústria de arrecadação na cidade. Salvador tem o IPTU mais caro do Brasil, o metro quadrado empresarial mais caro do Nordeste, uma indústria de multa que taxa todos aqueles que têm carros ou motos e não faz uma campanha educativa sequer. Além disso, é uma cidade onde se paga por tudo: é Zona Azul, shopping etc. É uma cidade que foi se tornando inviável por causa dessa máquina de arrecadação montada pelo atual grupo e que levou Salvador, agora, para a situação de ser a segunda cidade do Norte e Nordeste, posto que nunca ocupou.

Por isso que é nossa tarefa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de cidadão recuperar a posição de Salvador e colocá-la no lugar de onde ela nunca deveria ter saído, de cidade mais importante do Norte e Nordeste do Brasil. E essa é uma tarefa que todos os soteropolitanos têm de enfrentar, têm de desenvolver e construir um projeto alternativo para a nossa cidade, para a nossa capital, que não aguenta o título de campeã do desemprego, campeã das desigualdades, fruto do modelo adotado pelo atual grupo que comanda a cidade há 12 anos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Raimundinho vai falar?  
Não temos mais horário no Pequeno Expediente.

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao deputado Hilton...

O tempo está mudado, Hilton não vai falar porque falou há pouco.

Esse clima mundial está todo complexo, não é, deputado Hilton?

O Eduardo quer falar.

Com a palavra o deputado Eduardo Alencar.

**O Sr. EDUARDO ALENCAR:** Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, venho a esta tribuna para registrar uma moção de repúdio a um fato que aconteceu há 1 mês na Câmara Municipal de Wagner, onde uma vereadora do PSD sofreu assédio sexual dentro da câmara de vereadores. Antes de começar a sessão, um vereador chamado Washington Araújo cometeu assédio sexual contra a vereadora que é esposa do ex-prefeito de Wagner, Natã. Ela é uma senhora, avó, mãe de dois filhos e, dentro do plenário, foi assediada por esse vereador.

Peço ao presidente que encaminhe essa moção à Secretaria da Segurança Pública para que tomem providências, mesmo porque a família desse vereador é poderosa na região de Wagner e continua assediando a vereadora, ameaçando, mandando pessoas, seus familiares, a coagirem, telefonarem para ela, ameaçando, trazendo um transtorno muito grande para a vida da vereadora, a Sr.<sup>a</sup> Normanda Torres Sena.

Eu gostaria de dizer a todos os colegas deputados e deputadas que, hoje, a região de Wagner, na Chapada Diamantina, está vivendo esse momento. É uma questão muito séria quando se refere ao assédio sexual a uma vereadora que tem a sua vida construída com trabalho, com luta, sem deixar nenhuma mácula na sua reputação. E um que se diz vereador – porque não acredito que uma pessoa dessa seja um vereador – está manchando o nome dos políticos, manchando o nome dos vereadores, dos deputados, enfim, de toda a vida pública.

Eu gostaria de registrar isso aí, presidente, e pedir que seja levada a sério essa denúncia, essa moção. Porque, no momento no qual estamos vivendo na nossa vida pública, com tanta violência, aconteceu um fato desse tão grave em plenário, com a presença dos vereadores e com a única vereadora que há lá na Câmara de Wagner, quando esse vereador atentou contra a honra dessa vereadora que é uma pessoa séria, honesta, trabalhadora e que defende os seus ideais.

Ela é esposa do ex-prefeito Natã, que hoje está liderando a pesquisa em Wagner e, tenho certeza absoluta, será vitorioso. Porque Wagner não pode continuar nessa situação que está hoje, vivendo uma ditadura, não só na câmara de vereadores, mas também dentro da Prefeitura Municipal de Wagner. Então acho que todos nós temos de estar imbuídos, envolvidos para que, ao acontecer um fato como esse, ele seja apurado, seja registrado.

Um outro momento importante aqui que posso falar para todos os meus colegas é que a Justiça baiana reconheceu o recurso da ação de inconstitucionalidade com referência aos empréstimos bancários relacionados a Simões Filho e deu uma liminar cassando a lei da Câmara Municipal de Simões Filho para que esse empréstimo acontecesse. Lutei aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nesta tribuna; expus todos os meus pensamentos, toda a parte técnica que estava completamente errada. E, hoje, diante dos meus colegas, trago a mensagem dizendo que a Justiça fez justiça beneficiando o município Simões Filho.

Porque, num momento como esse, foi feito um empréstimo de R\$ 85 milhões, faltando 1 ano para as eleições, sem nenhum projeto, sem nenhum direcionamento para esse projeto, em que iria ser aplicada essa verba. A Justiça reconheceu um grande...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) erro, cancelou a lei, e agora Simões Filho pode respirar aliviado porque esse dinheiro não vai ser usado de forma errada. Porque, em ano eleitoral, faltando menos de 1 ano para as eleições, você usar R\$ 85 milhões, Sr. Presidente, é um absurdo!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador.

O Sr. José de Arimateia (fora do microfone): Sr. Presidente, usarei o tempo do Republicanos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado José de Arimateia.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, porque, hoje pela manhã, eu também tive a honra de participar das festividades da nossa querida Princesa do Sertão.

(Lê) “Hoje, 18 de setembro, com enorme alegria que transborda em meu peito, comemoro os históricos 190 anos de emancipação política da minha querida cidade de Feira de Santana, a nossa Princesa do Sertão. Por esse motivo, aplaudo este povo trabalhador, guerreiro e firme em seus princípios, que é o povo feirense.

A ‘Princesa do Sertão’, como foi apelidada por Rui Barbosa, em 1919, traz, desde suas raízes, características que ainda hoje fazem parte do seu cotidiano: a religiosidade de seu povo, a situação de entroncamento de estradas e as intensas atividades econômicas, que vêm crescendo, assim como o seu censo demográfico que mais que quadruplicou, tendo sua porcentagem de crescimento maior do que a da maioria das capitais brasileiras no mesmo período, com 616 mil habitantes.

Um fato que muito me alegra e me orgulha é que parte dessa história, Sr. Presidente, se confunde com a minha própria história pessoal, política e profissional, mais precisamente, esses últimos 28 anos. Em 1995, cheguei a Feira de Santana com a minha esposa e lá vi meus dois filhos crescerem. A partir daí, pude acompanhar e trabalhar pelo desenvolvimento da cidade. O reconhecimento do meu povo feirense pela grande admiração que tenho à Princesa do Sertão se materializou quando, orgulhosamente, em 2004, fui eleito vereador daquela cidade.

No decorrer desse período, em 2006, pude conferir de perto o avanço da educação no município, quando graduei-me em Jornalismo, na Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (Unef). Nas eleições seguintes, em 2008, fui o terceiro mais votado dos 21 eleitos e tornei-me o vereador evangélico mais bem votado, até agora, na Câmara Municipal de Feira de Santana.

Em 2010, 2014 e 2018, fui eleito deputado estadual. Em 2020, fui candidato a prefeito em Feira de Santana, ficando como o terceiro mais votado e, em 2022, chego ao meu quinto mandato, novamente como deputado estadual.

O carinho pela cidade de Feira, que adotou este potiguar como seu filho de coração, vai ainda mais além. Há 22 anos, eu participo do programa *Tribuna do Povo*, na *Rádio Cultura*, 700 AM, e na *Rede Aleluia*, 107.1 FM, entrevistando autoridades, ouvindo reivindicações da população e levando-as às secretarias municipais. Além disso, apresento o quadro *Cantinho da Vovó*, passando orientações de saúde, direitos e a palavra de Deus ao público idoso feirense.

Nada mais justo e oportuno que homenagear o município de Feira de Santana em face da sua potência, história, cultura, além de sua representatividade na Bahia.

Parabéns, Feira de Santana.” Parabéns pelos 190 anos!

E aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que este discurso foi a moção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que eu apresentei nesta Casa em homenagem aos 190 anos que a Princesa do Sertão completa hoje. Com muito orgulho, com muita dedicação, eu me sinto um feirense de coração.

Que Deus abençoe a Princesa do Sertão! Que Deus abençoe todos os que compõem aquela cidade!

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** Para concluir. Amanhã, no Congresso Nacional, vai ter uma sessão especial em alusão aos 190 anos de Feira de Santana...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** (...) e a Câmara Municipal de Feira de Santana, deputado Pablo, até agora, não mostrou a programação que poderá ter. Até agora não existe uma programação para que se faça uma sessão especial. E, parabeno V. Ex.<sup>a</sup> porque, nesta quinta-feira, nós estaremos aqui neste Plenário fazendo uma justa homenagem, de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>, mostrando que Feira de Santana continua sendo a Princesa do Sertão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Deus abençoe!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Laerte do Vando, pelo tempo de 5 minutos.



**O Sr. LAERTE DO VANDO:** Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, jornalistas, pessoas que nos assistem pela *TV ALBA*, desejo aqui o meu boa-tarde a todos e a todas.

O motivo que me traz aqui a esta tribuna, neste momento, é para falar um pouco da minha cidade de Monte Santo, que hoje, inclusive, está de luto. Monte Santo perdeu um filho ilustre, nosso querido amigo Rogério Andrade Brito, mais conhecido como “Rogério da Panificadora Santa Ceia”, um amigo querido por todos, que deixou um legado invejável na nossa cidade e, infelizmente, partiu de forma muito prematura e que realmente pegou todo mundo de surpresa. A população de Monte Santo hoje se encontra, de fato, consternada com a sua partida.

Neste momento, inclusive, quero aqui me solidarizar com todos os familiares e todos os amigos – aqui também me incluo – pela partida. Que Deus possa colocá-lo em bom lugar.

Mas, Sr. Presidente, o segundo motivo pelo qual eu venho a esta tribuna... Eu evito, inclusive, trazer polêmicas relativas à política do meu município, só que há situações que nós, na qualidade de homens públicos, não podemos nos furtar a trazer isso à baila. E quero fazer um apelo à Sr.<sup>a</sup> Prefeita porque com a articulação, inclusive, do nosso mandato, nós conseguimos uma emenda que corresponde a um recurso de mais ou menos R\$ 750 mil para aquisição de um ônibus para transporte de pacientes para fora do seu domicílio. Esse recurso já se encontra na conta do poder público municipal desde o mês passado. E essa emenda foi anunciada, Sr. Presidente, desde o mês de abril, e até agora a prefeita nem sequer publicou no *Diário Oficial* o processo licitatório para aquisição desse ônibus.

Sr.<sup>a</sup> Prefeita, espero que a senhora se sensibilize com o sofrimento do nosso povo. A senhora anda falando aos quatro cantos a respeito das dificuldades financeiras que os municípios vêm passando e não é justo que esse recurso esteja lá parado e não seja posto em prática e se transforme numa política pública voltada para o nosso povo que tem sofrido tanto no acesso a uma saúde pública de qualidade, está certo?

Essa aqui é a mensagem que eu tenho a passar neste momento. Quero pedir que a Sr.<sup>a</sup> Prefeita, realmente, agilize esse processo porque o dinheiro já está na conta, então, por que não fazer a aquisição de forma imediata desse precioso equipamento que irá ajudar tanto o povo da minha terra?

Essas são as minhas considerações. Meu muito obrigado, Sr. Presidente, demais colegas, um forte abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):** Concedo a palavra ao líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de...

Deputado Niltinho, deputado Niltinho!

Com a palavra o deputado Luciano, pelo tempo 5 minutos.

**O Sr. LUCIANO ARAÚJO:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, o que eu venho trazer hoje é uma denúncia muito grave em relação à Embasa em Conceição do Coité.

Foi nomeada, Sr. Presidente, para ser gerente da Embasa em Conceição do Coité a Sr.<sup>a</sup> Ariana Andrade de Oliveira. Essa senhora, Sr. Presidente, não tem noção, não tem noção do que ela vem fazendo de mal à população de Conceição do Coité. O senhor sabe, Sr. Presidente, porque o senhor é do Sertão, é de Campo Formoso, o senhor sabe da seca que nossa região vem enfrentando. E é por isso que eu venho aqui hoje à tribuna, porque essa mulher, depois que assumiu a Embasa de Conceição do Coité, vem fazendo uma política baixa, uma política barata, por ter sido indicada por alguém do outro lado. Eu não sei quem foi que indicou essa mulher! A população de Coité precisa saber quem foi o padrinho político desta Ariana Andrade de Oliveira, gerente da Embasa de Conceição do Coité.

Para o senhor ter ideia, Sr. Presidente, essa política baixa é só porque Conceição do Coité tem um dos melhores prefeitos do estado da Bahia. Eles estão partindo para o tapetão, mas não sabem o mal que estão fazendo à população de Conceição do Coité, cortando a água, porque água é vida.

Eu trago aqui, Sr. Presidente, uma fotografia de dez caminhões na porta da Embasa. A prefeitura paga por essa água! Essa água não é de graça, a prefeitura compra da Embasa os caminhões de água para serem distribuídos onde a água não chega para aquela população mais carente.

Aqui está essa mulher que nem de Conceição é, não sabe nem onde é que fica um povoado daquela cidade. Essa mulher veio de Tucano, caiu de paraquedas em Conceição do Coité e está fazendo esse mal às pessoas mais carentes daquela cidade. Eu tenho certeza, meu líder Rosemberg, de que o governador Jerônimo, que tanto conhece aquela região, que tanto conhece Conceição do Coité, não sabe o mal que essa servidora pública está fazendo àquela cidade.

Eu tenho certeza de que o governador Jerônimo irá tomar uma providência em relação a isso. Conceição do Coité está passando por um momento de seca e essa cidadã não vai continuar fechando a Embasa, impedindo que a prefeitura compre água e leve para as pessoas mais carentes. Porque eu estarei aqui como fiscal daquele povo, cobrando, todos os dias, do nosso governador, uma posição em relação a isso aí.

Tenho certeza também de que o presidente da Embasa, o Sr. Leonardo Góes, que conheço bem, não está sabendo do mal que essa mulher vem fazendo lá, fazendo política baixa, política barata, usando a saúde das pessoas. Porque água é vida, e nós não podemos tirar a vida das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):** Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco PL/Solidariedade.

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, pois não.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu queria fazer uma sugestão aos nobres colegas.

O Sr. Luciano Araújo: Sr. Presidente, o deputado Leandro de Jesus vai falar no nosso tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

O Sr. Leandro de Jesus: Eu queria fazer uma sugestão aqui, antes do uso do tempo. Tivemos um ocorrido, nos últimos dias, que foi o assassinato, a morte do policial federal Lucas Caribé Monteiro de Almeida, de 42 anos, em operação aqui, em Salvador, quando ele estava visando ao resgate da nossa paz, da nossa segurança pública, em uma atuação que, infelizmente, o levou à morte.

Obviamente, não poderíamos passar aqui, este dia, sem realizar este ato de 1 minuto de silêncio, em razão da morte desse policial federal que foi abatido nessa situação que muito nos leva a lamentar o que ocorre aqui, no estado da Bahia, presidente.

O meu pedido, presidente, é para que façamos 1 minuto de silêncio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, 1 minuto de silêncio em virtude da trágica morte do policial federal em trabalho, Lucas Caribé, proposto pelo deputado Leandro de Jesus.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

**O Sr. LEANDRO DE JESUS:** Eu cumprimento todos os nossos colegas, a imprensa aqui presente, cumprimento o nosso presidente que conduz esta sessão, os servidores. Chamo a atenção, aliás, nem precisaria chamar a atenção, porque está aí nos noticiários esta grave situação que estamos enfrentando aqui no estado da Bahia, especialmente na capital, essa guerra urbana que estamos enfrentando. Infelizmente, chegamos a esse ponto, a esse nível.

Mas, especialmente neste dia, eu quero, mais uma vez, após esse 1 minuto de silêncio, me solidarizar com a família do policial federal Lucas Caribé Monteiro de Almeida, 42 anos, que, infelizmente, perdeu a sua vida lutando pelo resgate da nossa paz, aqui na Bahia, aqui em Salvador.

Não podemos esquecer que, infelizmente, a morte de policiais – ou, ainda, quando são atingidos de maneira grave – se tornou algo bastante cotidiano aqui no estado da Bahia. Eu me recordo também do tenente PM Mateus Grec de Carvalho Marinho Queiroz que, há 2 anos, também foi assassinado enquanto cumpria o seu dever, a sua missão. Então eu quero me solidarizar, neste momento, e dar todo apoio às nossas polícias, às nossas forças de segurança que estão aqui, neste momento, na capital, exatamente buscando esse resgate.

Inevitavelmente, temos de falar, diante desse contexto, que nós não precisaríamos ou não deveríamos chegar a este ponto. Eu torço e falo ao líder do PT na Casa, e aos demais, que haja, realmente, uma correção desse problema. Porque se

hoje estamos enfrentando esse grave problema da violência, aqui na Bahia, aqui em Salvador, sem sombra de dúvidas, é porque a condução da gestão sobre segurança pública, na Bahia, não vinha sendo feita de maneira correta.

Nós não podemos flexibilizar com a criminalidade. Nós não podemos flexibilizar com criminosos, em hipótese alguma. Nesse aspecto, para a preservação da paz, para a proteção das famílias, de quem produz, de quem está ao lado do bem, o estado tem de ser forte, o estado tem de ter a mão pesada, sim, para combater a criminalidade e para sustentar a paz em nosso estado.

Estamos vendo a influência e a presença de facções criminosas em nosso estado, atuando como verdadeiro poder paralelo e capaz, como ficou muito claro, de confrontar as forças de segurança do estado, inclusive de ceifar a vida dos nossos policiais. Nós não podemos baixar a cabeça para isso. Nós jamais podemos normalizar isso.

Então, que o estado continue dando a resposta forte e contundente, porque o nosso povo não merece ser sufocado por bandidos, por criminosos! Basta de tanto sofrimento, vivenciado por nós, em nosso estado! Então, o mínimo, querido e exigido, é segurança suficiente para superar as demais adversidades.

Logo, eu parabenizo os nossos policiais, a Polícia Militar do Estado da Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Parabenizo a nossa Polícia Civil e todas as forças de segurança que estão envolvidas, neste momento, para frear e acabar, de vez, com a ousadia desses criminosos que, na Bahia, não podem se criar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria e do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Alan está do lado de lá, do lado direito. Eu não sei se sou eu quem indica ou se é ele quem indica o orador.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Este lado, aqui, o direito, pertence, exclusivamente, à Oposição? (Risos) Digo isso porque eu já vi uns amigos sentados do lado de lá. Eu vim para cá, a fim de equilibrar, né? É a insatisfação. Como o PSD mostrou a sua insatisfação, acho que tem coisas que o líder não pode nem fazer, não é? Melhorar essa insatisfação, não é líder? Eu sei que não cabia. Depende mais do governador. (Palmas)

Mas, veja bem, falarão, por cada metade do tempo, os deputados Manuel Rocha e Pablo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

**O Sr. MANUEL ROCHA:** Presidente Adolfo Menezes, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, venho à tribuna para emitir uma nota de pesar em função do falecimento, também, do policial federal Lucas Caribé, pessoa com a qual eu tive a honra de ser colega na graduação do curso de Direito. Lucas era um companheiro, um amigo carinhoso, cuidadoso e comprometido. Tive o prazer de conviver com Lucas Caribé durante os 5 anos do curso de graduação.

Sei do comprometimento dele com tudo o que fazia. Realmente, a Bahia e o Brasil perdem muito com o falecimento do servidor público que deu, literalmente, a sua vida em função de toda sociedade. Então, não poderia deixar de registrar o meu pesar em função do falecimento desse amigo.

Reitero que o governo do estado precisa agir, de forma enérgica e efetiva, para resolver o problema da segurança pública em nosso estado. Não dá mais para a gente viver neste estado de guerra. Realmente, é o que nós estamos vivendo: um estado de guerra em nosso estado, com tantas mortes, tantos casos de assassinatos, de roubos.

Isso tem colocado todos os baianos e as baianas em estado de situação de desespero e preocupação com as suas próprias vidas. Esta situação já perdura por mais de uma década, quase 2 décadas. E, neste atual governo, este problema segue sem solução.

Esta Casa tem o papel fundamental de cobrar do governo do estado e dos órgãos da segurança, apesar, Sr. Presidente, de reconhecer o secretário da Segurança Pública como uma pessoa de bem, uma pessoa capacitada, uma pessoa qualificada. Mas boa vontade não basta para combater a criminalidade. Precisa-se de investimentos, aumentar o efetivo policial, investir em tecnologia de inteligência. E isso o governo do estado tem deixado a desejar, porque os casos de criminalidade só têm aumentado na Bahia.

Fica, aqui, a minha solidariedade à família e aos amigos do policial Lucas Caribé, pois ele deu a sua vida para a sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em permuta, com a palavra o deputado Diego pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. Dr. DIEGO CASTRO:** Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes nesta Casa, agradeço a gentileza ao deputado Alan.

Quero cumprimentar todos os presentes e a imprensa.

Antes de mais nada, presidente, quero me solidarizar com o fatídico caso da morte do policial federal no estado da Bahia. Essa foi mais uma vítima da insegurança que nos assola.



Outra coisa, presidente, antes de adentrar à temática central da segurança pública, eu vi uma matéria que fiz questão de trazer à tona. Agora que o barco está afundando, o Psol resolveu sair do governo do PT. O mesmo Psol já chegou a me chamar de mentiroso nesta Casa, quando disse que eles eram linhas auxiliares ao PT! Agora, escancarou a hipocrisia! Então, está aí. Não precisa mais dizer nada! Ontem, as matérias publicadas, salvo engano, no *OffNews* e no *Informe Baiano*, escancararam a hipocrisia desse partido que, inclusive, sua gente queria, até, me atacar, lá, na Comissão de Agricultura, na última audiência pública. Está o registro dessa hipocrisia escancarada!

Há outra coisa, presidente.

O governo do estado anunciou a recriação do Pacto pela Vida. Essa é a recriação do mesmo programa que, há anos, o próprio PT apresentou, como saída para a insegurança generalizada que o governo promoveu, assim que assumiu o poder, lá, em 2007.

Presidente, fica a pergunta: será que vai ser o pacto do fracasso 2.0? Será que vai ser mais uma medida publicitária e marqueteira para encarar, de frente, os problemas da segurança pública?

Digo isso porque chegamos ao caos do caos. Chegamos ao fim do precipício, quer dizer, ao fim, se é que eu posso chamar, aí, este inferno generalizado que está o estado da Bahia em matéria de segurança pública.

Já não preciso citar mais dados, embora a repetição seja didática para o aprendizado. Já sabemos. Estamos carecas de saber! Agora, a realidade está batendo à porta de cada um de nós, cidadãos, de uma maneira mais feroz!

O que se está esperando para encarar, com rigor, o problema da segurança pública, que passa, digo e repito, por valorização salarial e por adequação da estrutura de trabalho? O crime está mais equipado que as nossas forças de segurança! Um exemplo é o helicóptero da Polícia Federal que tentaram derrubar, vejam a audácia, no dia de ontem!

Eu sugiro, governador, que o dinheiro que V. Ex.<sup>a</sup> utilizaria para botar mais um mecanismo de pressão nos policiais, que são as câmeras, utilize para melhorar a estrutura de trabalho com remuneração e equipamentos! Se há alguém que precisa ser priorizado, neste momento, são os agentes que estão na ponta, dando a vida, literalmente, sem nenhuma retaguarda, para proteger a sociedade.

Há mais! Só falar, como está dizendo o programa, como foi há mais de 10 anos, que não deu em nada, pois generalizou esse banho de sangue que está aí com este mesmo programa... Se for nessa mesma linha de apenas pintar a fachada da base comunitária, botar o emblema do governo e fazer campanha publicitária, vamos ter mais uma onda de massacre em nosso estado!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente, com a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>.

Não adianta isso! O que melhoraria? Seria a melhoria e a valorização do policial na estrutura salarial, na estrutura dos equipamentos de trabalho e da segurança jurídica!

Aqui, eu faço um apelo para a gente discutir e aprovar a matéria, proposta por mim, do novo Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar, que prevê a regulamentação de uma lei; que o presidente Jair Bolsonaro, em 2019, foi o grande entusiasta, que a sua base no Congresso aprovou...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a Bahia ainda não aprovou, no sentido de resguardar a dignidade da pessoa humana, o policial, a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa, pois esses são os direitos e as garantias fundamentais. Isso não se tem hoje, pois esses profissionais são entregues aos leões!

E o governo não dá nada em contrapartida, porque a realidade é o bandido responder, hoje, solto na rua pelo que fez. E os policiais, pelo que não fizeram, permanecem presos em prisões administrativas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

**O Sr. ALAN SANCHES:** Sr. Presidente, deputados e deputadas, privilégio estar hoje, aqui, em uma segunda-feira. E já começo a perceber que a sessão está com disposição da Base do Governo, depois daquele abandono da quarta-feira passada em que a Base do Governo só tinha quatro deputados. Hoje, houve uma mobilização da liderança trazendo todos.

Então, quando a minha bancada pergunta: vai ter votação? Tinha procurado, até, o deputado Rosemberg, mas depois nós não conseguimos nos encontrar. Bem, pelo visto, como está na Ordem do Dia, ele pode tentar fazer a votação dos projetos. Pelo que eu vejo, esses projetos são de empréstimos, e já estão na Casa. Para que ele consiga fazer isso, o deputado Rosemberg vai precisar de 32 deputados aqui. Se ele fez a mobilização, a gente vai para os debates, hoje.

Mas, amigos e amigas, eu queria externar a minha felicidade: hoje, nós, os deputados da Bancada da Oposição, tivemos um encontro com o prefeito Bruno Reis. Eu gostaria de reiterar o apoio total da nossa bancada à reeleição do prefeito Bruno Reis, que tem a maior avaliação dentre todos os prefeitos das capitais. Seguindo os passos de ACM Neto, que foi, por oito vezes, o prefeito mais bem avaliado, Bruno Reis vem na mesma batida; Bruno Reis vem fazendo as entregas necessárias para o nosso município.

Mas um grande problema que a gente vê no município de Salvador, que eu poderia chamar atenção, que, hoje, na reunião, aproveitei para falar sobre isso, é, justamente, a alta complexidade e, também, a média complexidade, em parte, da saúde. Quando eu falo em Salvador, estou, também, falando de todos os municípios.

Eu já externei aqui o seguinte. Salvador, à época de João Henrique, digamos assim, repassou quantias ao estado. O secretário municipal da Saúde era Carlão, do PT. E o secretário da Saúde do Estado da Bahia era Jorge Solla. Então os dois convenceram João Henrique a devolver a alta complexidade, ou seja, algo em torno de R\$ 800 milhões.

Àquela época, Salvador não tinha nenhum hospital. Salvador, no próximo ano, terá alguns hospitais: o Hospital Municipal de Salvador, que V. Ex.<sup>as</sup> já o conhecem; o Hospital da Sagrada Família, que está sendo absorvido pela prefeitura, justamente para tentar diminuir essas dificuldades que temos na saúde de Salvador; o Hospital Materno-Infantil de Salvador, o hospital da família, que vai ter uma maternidade, a primeira de Salvador; e também o Hospital da Criança e a Maternidade Municipal, que ficará no antigo Hospital Salvador, ali, na Federação.

Falando nisso, se pudesse fazer uma conta com V. Ex.<sup>as</sup>, eu diria que, em termos, o Hospital Municipal de Salvador, por ano, ele gasta em torno de R\$ 140 a R\$ 144 milhões, repito, por ano. Eu falei que a gente repassa, melhor, Salvador repassa, para o governo do estado, por causa da alta complexidade e uma parte da média, a quantia de R\$ 800 milhões.

Se a gente fizer uma conta rápida, quantos hospitais, do tamanho gigantesco que é o Hospital Municipal de Salvador, poderiam estar absorvendo a alta e média complexidades? Por que eu digo isso? Hoje, Salvador amanhece com 350 pacientes esperando a Regulação nas UPAs. Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> escutaram, deputado Raimundo Bobô: 350 pessoas amanheceram hoje, depois do final de semana, esperando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Regulação nas UPAs!

E isso é todo dia! Agora, será que isso picuinha do governo do Estado, porque sabe que é Salvador?

O prefeito Colbert Martins – estou levantando os dados, durante esta semana, eu vou trazer – deu uma entrevista anunciando que morrem mais pessoas esperando a Regulação na UPA do que em mortes violentas.

Então, enquanto eu vejo um projeto que vai pedir recursos, ou seja, orçamento para reforçar o SUS, sem dizer, absolutamente, nada sobre Regulação, sobre o que será feito com esse recurso, nós ficamos entristecidos, porque, depois de quase 1 ano de governo, ainda o governador Jerônimo não teve a liderança e a força...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para dizer o que quer que seja feito na Regulação e na saúde do nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder do Governo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por todo o tempo, com a palavra o deputado Rosemberg.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidoras e servidores, eu ouvi algumas menções sobre a questão da segurança pública no estado da Bahia. No início da sessão, V. Ex.<sup>a</sup>, da própria presidência, fez uma fala com relação às dificuldades e aos problemas que nós estamos enfrentando com o aumento da violência e com o combate à violência.

O combate à violência não é uma tarefa de Salvador, é uma tarefa do país.

Se nós não fizermos um debate de conteúdo sobre a violência, vamos estar, apenas, apresentando um remédio para abater jovens, muito deles, pobres e negros das periferias das grandes cidades e das pequenas, também.

Meu querido amigo Pancadinha, nós não podemos debater a questão da segurança pública e da violência, porque são coisas diferentes. A violência está vinculada a uma série de fatores que levam a nossa juventude para caminhos equivocados da vida diária, diferente do que pensam pais e mães para os seus filhos.

Ouvi, aqui, falas em relação ao ex-presidente da República. Mas é exatamente por conta da política adotada pelo ex-presidente da República que, hoje, nós temos um conjunto de crianças e jovens indo para a criminalidade, porque não foram criaram oportunidades para essa juventude.

E, pior, deputado Pablo, a política nacional levou essa juventude a uma situação de miserabilidade. Em anos anteriores, o país tinha saído da linha da miséria. E, nos últimos 6 anos, o país voltou ao quadro da fome. Este país, hoje, deputado Pablo, tem 33 milhões de pessoas que não sabem se vão se alimentar durante o dia. Desses, 70% são jovens. E esses jovens, na ânsia de se alimentar, acabam sendo presas fáceis para o crime organizado.

E se nós não discutirmos qual é a forma como o crime se organiza no país, nós estamos falando, aqui, às vezes, de superficialidade.

O crime se organizou no país de uma forma que tem uma relação nacionalizada. As quadrilhas, hoje, são coordenadas nacionalmente. E se nós não tivermos uma política de enfrentamento, uma política de segurança pública nacionalizada, nós estaremos enxugando gelo, deputado Alan Sanches.

Eu sei que as pessoas querem andar com segurança. Mas nós não podemos usar essas questões. Às vezes, eu sou, extremamente, crítico a isso. Os problemas da saúde e os problemas da segurança pública têm relação com a vida das pessoas. No entanto, transformam isso em um debate político e, muitas das vezes, sem conteúdo.

Ora, meu Deus, deputado Bobô, quanto ao governo passado, do ex-presidente Bolsonaro, a imprensa publicou tráfico de drogas dentro do avião da Presidência da República! Qual é a moral que tem alguém para defender um presidente que, no mínimo, foi conivente com o tráfico de entorpecentes dentro do seu avião?

Ora, meu Deus, está estampado, aí, todos os dias, na imprensa, sobre uma quadrilha que se organizou no Palácio do Planalto que roubava até as joias que

recebiam! Ou seja, roubavam tudo! E em tudo o que é de ruim, na sociedade brasileira, havia um envolvimento da centralidade do poder.

Como disse bem o presidente Adolfo Menezes: metade do Rio de Janeiro está sob a organização criminosa que controla internet, luz elétrica, venda de botijão e as vendas dos produtos nos bairros. Nós estamos enfrentando esses bandidos para isso não acontecer na Bahia. Digo isso porque vários bairros do Rio de Janeiro, hoje, são controlados pelos criminosos. E a polícia, às vezes, fica sem condição de fazer o enfrentamento.

Na Bahia, nós precisamos, para além de qualquer questão, valorizar a inteligência da Polícia Militar, valorizar esses policiais que saem para combater o crime organizado. Na Bahia, não tem fábrica de armas, mas as fronteiras não coíbem isso. Isso não é uma política de estado. Esta é uma política da União. No entanto, esta política foi destruída durante os últimos 6 anos.

Por isso, aquilo que era importante, há 8 anos, virou uma desimportância muito grande para a sociedade brasileira, independentemente em que estado as pessoas estão morando.

Eu vi a situação da violência nos estados de Ceará, Pernambuco, São Paulo e Bahia, pois o país está sem uma política nacional de defesa dos interesses dos cidadãos.

Deputado Robinho, aqui, enquanto as pessoas estavam pensando no maior desastre que aconteceu nos últimos 60 anos na Bahia, com relação às chuvas, naquela época, ao final do ano, quando nós estávamos visitando, inclusive a sua região, que foi uma região extremamente afetada, como a minha, com relação às chuvas, nós não tivemos, sequer, uma fala do ex-presidente da República, porque estava de férias, num *jet ski*, em Santa Catarina.

Da mesma maneira, o ex-prefeito de Salvador estava no exterior passeando e, sequer, houve uma palavra de alento, não para todos, mas, pelo menos, para as pessoas aliadas daquele consórcio político. Ele perdeu as eleições para nós, no ano passado.

Então, nós precisamos tratar de uma forma madura esta questão e este debate em relação à violência. Colocar câmeras nos fardamentos dos policiais não é perseguição ao policial, muito pelo contrário! É um debate equivocados! É para proteger a sociedade e os policiais! Isso é para que a gente possa, num processo de qualquer enfrentamento que os policiais estejam fazendo, estar sabendo qual é o seu opositor. Ou seja, se faz um discurso extremamente desorganizado, um discurso apenas para se vender uma visão estereotipada, complexa, sem fundamento, sem conteúdo sobre a violência e sobre a segurança pública, às vezes, confundindo as duas coisas. São coisas diferentes!

A violência, ela é construída por uma série de fatores, inclusive, por falta de políticas públicas. E a segurança pública é uma outra questão. E, dentro da segurança pública, tem uma visão extremamente equivocada de que nós vamos resolver a violência contra a violência. É a falsa ideia de que nós temos de soltar os nossos policiais, no dia a dia, abatendo ou sendo abatidos.



Por isso, nós temos de juntar, no debate da segurança pública, sim, uma política de paz e um Pacto pela Vida, a fim de que a gente possa preservar as vidas dos policiais e de muitos jovens que estão em determinados locais. Às vezes, esses jovens estão nesses locais não pelas suas próprias vontades, mas pela dor que sentem na barriga!

Ou seja, nós precisamos transformar esta discussão num debate de conteúdo para que a gente possa apresentar uma solução e ajudar o governador Jerônimo Rodrigues, ajudar os governadores nos estados, ajudar o presidente da República a encontrar um caminho unificado em defesa da cidadania, dos homens, das mulheres, das crianças e dos idosos.

Este é o debate que nós precisamos fazer. Às vezes, é uma discussão, extremamente, equivocada. Nós não podemos nos resumir a um debate numa visão dicotômica. Nós precisamos ampliar essa discussão.

E a vinda do secretário da Segurança Pública, na próxima quarta-feira, cumpre o objetivo no sentido de demonstrar e mostrar, para esta Casa, o que o estado vem fazendo no sentido de coibir a violência, o que não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa qualquer!

Vi o deputado Leandro pedindo 1 minuto de silêncio pela morte de Lucas Caribé. Ele era um servidor com uma trajetória exemplar dentro da Polícia Federal. E, nesse confronto, ele perdeu a sua vida. Quem sabe a dor, para além da proximidade dele com os seus colegas, naquele momento, é a sua família.

Nós perdemos mais um policial para esses criminosos que se organizam nacionalmente. O que está acontecendo não é uma disputa local. O que está acontecendo é uma disputa de espaço nacional pelo crime organizado. Nós temos de enfrentar isso com entendimento de que nós precisamos vencer o mal. E só se vence o mal se nós nos juntarmos todos numa posição única, mas numa posição onde nós não somos adversários.

Nós precisamos ouvir as opiniões, é preciso que elas sejam respeitadas, e juntar as peças para que possamos dizer ao secretário de Segurança Pública, na próxima quarta-feira, que nós temos opiniões sobre como enfrentar a violência.

Mas não podemos fazer um discurso equivocado, atrapalhado, porque, senão, em vez de potencializarmos os nossos policiais, nós jogaremos para baixo esses profissionais que saem todo dia de manhã e não sabem se vão retornar para suas residências.

Então, nós precisamos fazer um debate muito maior do que esse debate aqui, de que se deve colocar ou não câmara no fardamento, de que se deve ou não fazer um enfrentamento, mas dentro de uma visão de preservação da vida, isso, sim, é fundamental.

Então, deputado Pablo, eu quero aqui dividir essas opiniões porque esse é o debate, eu não posso achar que nós vamos resolver o problema da violência abatendo as outras pessoas. Nós precisamos discutir essa questão da carceragem, nós precisamos discutir as penitenciárias que deixaram de ser espaços de ressocialização

para ser espaços de consolidação das organizações criminosas no Brasil inteiro. Nós precisamos discutir como vamos interferir para resolver essa questão.

Às vezes uma pessoa que comete um crime porque roubou para se alimentar é colocada no mesmo local de um criminoso de alta periculosidade. E nós precisamos enfrentar esse debate com a Justiça, que não permite a separação dessas pessoas nesses locais, e essas pessoas viram presas fáceis para o crime organizado, que hoje está encarcerado em todas as penitenciárias do Brasil.

Então, esse é o debate que nós temos de fazer aqui e valorizarmos as iniciativas do governador Jerônimo com os limites que nós temos em relação ao enfrentamento, porque aqui na Bahia, aqui no Brasil, não se fabrica cocaína, a pasta vem de fora. Essa política de fronteira foi destruída nos últimos 6 anos, o que ampliou consideravelmente a venda de drogas ilícitas no país.

Nós precisamos fazer um debate maduro, o STF está na frente do Parlamento, está discutindo algumas questões que, no mundo inteiro, estão sendo debatidas para tentar enfrentar essa questão das drogas.

Eu ouvi agora na imprensa – se é verdade, não sei, meu querido Zé de Arimateia – que havia um procedimento ou uma tentativa de apresentar um projeto para impedir que o STF delibere sobre a descriminalização da maconha, e esse debate precisa ser maduro, esse debate não pode ser um debate do fígado das pessoas.

Eu recebi, nesta semana, meu querido deputado Zé de Arimateia, um empresário dos Estados Unidos que veio aqui para instalar, no Brasil, uma fábrica na área de fármacos para tentar salvar a vida de milhões de pessoas a partir da produção dessa planta.

O Sr. José de Arimateia (fora do microfone): Mas é maconha.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:** E qual é o problema? Eu quero salvar a vida, esse não pode ser um discurso bobo, atabalhado. Nós precisamos debater essa questão para além do lado da segurança pública, mas também para o lado de salvar as vidas das pessoas. É esse o debate. Nós precisamos respeitar as opiniões, e eu respeito a sua opinião, não concordo com ela, porque falta conteúdo, falta conhecimento, falta entender que nós não podemos ficar com os olhos vendados para a ciência. A ciência é quem estuda a forma de proteção à vida das pessoas a partir das drogas farmacológicas, não somos nós.

Quem sou eu para dizer se esse produto tem ou não tem capacidade de salvar vidas a partir de um procedimento médico? Não sou eu. Eu tenho uma opinião, mas são os técnicos, são os cientistas, são os médicos que têm que debater essa questão. Eu debato pelo lado da segurança pública, eu debato pelo lado da defesa das pessoas, contra a violência.

É por isso que eu venho aqui reafirmar um debate que, na minha opinião, nós precisamos fazer aqui, nesta Casa, com todos, iniciando na próxima quarta-feira, com o secretário de Segurança Pública, mas temos que ir não para um debate da política. O debate da política, nós precisamos deixar congelado porque a política é uma disputa que vamos fazer aqui, no Brasil, a cada 2 anos, ou nas disputas municipais ou nas disputas estadual e federal.

Mas nós precisamos fazer o debate do dia a dia, do sofrimento de homens e mulheres que precisam ter uma segurança pública atuante. E como é que nós vamos resolver o problema de uma juventude que às vezes busca caminhos errados na sua tentativa de sobreviver naquele dia, que às vezes é cooptada para caminhos que, em vez de resolver o seu problema, traz mais problemas e antecipa a vida dessas pessoas ou o tempo de vida dessas pessoas.

É esse tema, é esse debate que eu acho que temos que fazer aqui, na Casa, para além do debate de que nós vamos ou não vamos armar a sociedade ou armar menos a sociedade. A sociedade não é para combater o crime, a sociedade é um agente que tem que ajudar nessa questão, mas é o Estado que tem de resolver isso, e nós temos de resolver com ideias concretas, com experiências valorosas e que foram testadas em outros locais.

Nós não precisamos inventar a roda. Por isso que eu quero reafirmar aqui a posição do governador Jerônimo Rodrigues de que, além de ter nos seus policiais homens e mulheres trabalhando diariamente para conter a violência, nós precisamos trabalhar a questão da preservação da vida, e esse debate do pacto pela vida é preponderante para que possamos ir além do enfrentamento do crime organizado. Nós não podemos sair abatendo jovens, crianças pobres das periferias da cidade porque essa é uma posição equivocada em relação à segurança pública.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

## **ORDEM DO DIA**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Srs. Deputados, tem um projeto de resolução do deputado Vitor, que é o PR nº 3.164/2023, da Mesa Diretora, limitando o número de títulos de Cidadão Baiano e da Comenda Dois de Julho, deputado Alan, que poderão ser propostos por deputados em cada sessão legislativa.

Nós já temos uma que está vigorando, e nós não a obedecemos, ela foi aprovada quando o presidente, à época, o deputado Marcelo Nilo, determinou que cada deputado só podia propor uma Comenda Dois de Julho por ano e dois títulos de cidadão. Essa é a que está vigorando.

A nossa proposta é que agora seja uma Comenda Dois de Julho e um Título de Cidadão Baiano para cada deputado, e não é cumulativo. Até porque a gente não pode banalizar e estar sendo motivo de chacota para alguns órgãos da imprensa porque alguns deputados estão concedendo a medalha, que é a mais importante da nossa Casa, que traz a data mais importante do Brasil, não só da Bahia, a meu ver, que é o 2 de julho, a data da Independência do Brasil, a torto e a direito.

Então, hoje, para cada deputado, o projeto que está vigendo, aprovado pelo Plenário, prevê uma Medalha 2 de Julho. Nós acabamos facilitando e queremos mudar só no caso do Título de Cidadão Baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, deputado Vitor Bonfim.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passo a relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução nº 3.164/2023, de autoria da Mesa Diretora, que limita o número de títulos de Cidadão Baiano e da Comenda Dois de Julho que podem ser propostos por deputados em cada sessão legislativa.

O presente projeto de resolução encontra-se na forma legal e constitucional, não afrontando nenhum dispositivo da nossa Constituição.

A presente proposta não recebeu nenhuma emenda. Por conta disso, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada, Sr. Presidente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Para discutir, o deputado o Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deputados, deputadas, inicialmente, Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem para pedir a verificação de quórum de votação. Sr. Presidente... presidente, eu queria pedir uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Vitor Bonfim: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Vitor.

O Sr. Vitor Bonfim: Que V. Ex.<sup>a</sup> zere o painel e marque o tempo regimental de quórum de votação de 25 minutos, conforme prevê nosso Regimento Interno no seu art. 227. Que solicite também aos deputados que se encontram aqui nas dependências da Casa que venham ao Plenário para que a gente possa fazer essa verificação de quórum de votação para a continuidade da presente Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Zere o painel, por favor, atendendo ao pedido do deputado Alan.

Srs. Deputados existe um pedido de verificação de quórum. Zerem o painel. Existe um pedido de verificação de quórum de votação. São 25 minutos, por favor.

O Sr. Rosenberg Pinto: Questão de ordem, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado líder Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, houve aqui, mais cedo, uma fala do deputado... Presidente, mais cedo, houve uma fala do deputado Luciano Araújo com

relação a um episódio da Embasa na cidade de Conceição do Coité. E a Embasa, numa rapidez extraordinária, já está aqui com o diretor responsável pela área e com o assessor do presidente Leonardo Góes. O presidente está em viagem hoje, mas mandou o seu assessor para conversar com esta Casa e apresentar justificativas com relação à fala do deputado Luciano Araújo.

Então, eu quero aproveitar para parabenizar a Embasa, esse novo tempo da Embasa que, imediatamente, assim que foi informada sobre uma questão que diz respeito à gerência da cidade de Conceição do Coité, veio aqui, de pronto, para prestar os esclarecimentos. Quero parabenizar o presidente Leonardo Góes pela sua presteza nessa questão. Eu acho que é assim que fazem as empresas públicas quando vêm e apresentam as justificativas com relação ao que, às vezes, é falado aqui na Casa Legislativa.

Presidente, eu queria aproveitar para pedir aos deputados e deputadas que se façam presentes porque tem uma verificação de quórum em relação, inclusive, a um projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora da Casa. Nós precisamos votar esse projeto de iniciativa da Mesa Diretora que regulamenta as honrarias aqui na Casa, os títulos e comendas.

O deputado Alan pediu verificação de quórum, nós precisamos ter 32 deputadas e deputados aqui para atender a essa solicitação e podermos votar imediatamente o projeto apresentado pelo querido presidente, fruto de um debate da Mesa Diretora da Casa.

Ou seja, eu tinha entendido que esse projeto era um projeto de comum acordo, mas, se está tendo divergência, presidente, com relação ao projeto. Nós debatemos o projeto aqui na Casa, inclusive, eu ia fazer o encaminhamento para que pudéssemos fazer a defesa da Mesa Diretora.

Paralelamente a isso, eu quero pedir aos deputados e deputadas que se façam presentes para que a gente possa votar esse projeto da Mesa Diretora da Casa que regulariza as iniciativas das comendas, das honrarias e dos títulos, que são manifestações importantes de todas as casas legislativas a cidadãos e cidadãs com serviços prestados aos seus estados, e aqui na Bahia não podemos ser diferentes. Então, é para que a gente possa regularizar isso.

Eu quero fazer a defesa, até acho que o deputado Alan não tem divergência, talvez seja apenas para verificar o número de deputados na Casa, mas acho que nós precisamos, sim, fazer uma regulamentação dessas honrarias porque eu já ouvi de alguns locais sobre a iniciativa desses títulos.

E agora se criou um procedimento para que a própria Mesa Diretora faça uma avaliação prévia do currículo de cada pessoa que será ou não agraciada para que a gente possa ter certa segurança ao votar um título para alguém. Que a própria Mesa Diretora, a priori, já tenha feito uma avaliação prévia de quem é que seria o cidadão ou a cidadã agraciada.

Eu queria aproveitar para pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes para que possamos dar o quórum de votação e apreciarmos esse projeto de iniciativa da Mesa Diretora da Casa.



O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Esse projeto também versa sobre todas as propostas de comendas e de títulos. Eles serão enviados para a Mesa Diretora, que é quem tem o poder de aprovar ou não para irem ao Plenário, para a gente tentar limitar mais a farra desses títulos aqui na nossa Casa.

Srs. Deputados, houve um pedido de verificação de quórum de votação. Temos vários projetos hoje aqui, nesta Casa, como o do empréstimo, de interesse do estado da Bahia, para serem votados na Ordem do Dia.

Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa, peço o comparecimento ao Plenário, existe um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Alan, quórum de votação, precisamos de 32 deputados presentes...

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, queria saudar aqui o colega Charles Fernandes, deputado federal pela região de Guanambi, que está nos visitando na tarde de hoje.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Restabeleça o quórum, por favor. O quórum anterior. Esse projeto não pode ser votado, nós vamos para os outros projetos, a sessão continua, não pode ser votado.

Concorda, deputado?

O Sr. Alan Sanches: Eu pedi para votação. Se V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Foi para a votação do projeto que o deputado Vitor acabou de relatar.

Próximo projeto é o Projeto nº 25.023/2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências. Trata-se de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no montante de até US\$ 150 milhões, mais ou menos R\$ 750 milhões, destinado ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no estado da Bahia (Prosus II).

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O deputado Vitor Bonfim está emagrecendo, viu? Só trocando o paletó.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passo a relatar no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei nº 25.023/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.

Encaminha, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador do estado, para apreciação pela Assembleia Legislativa, o projeto que ora venho relatar, o qual visa obter, desta Casa, necessária autorização para que possa, o Poder Executivo, contratar, em nome do estado da

Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o montante de até US\$ 150 milhões.

O valor é destinado ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no estado da Bahia (Prosus II), que tem como objetivo ampliar o acesso e a qualidade de serviço de saúde na rede de atenção do estado através do fortalecimento da atenção básica e da descentralização e regionalização das ações de média e alta complexidade, contribuindo para a melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde da Bahia, permitindo que o cidadão tenha um atendimento de qualidade, desde a oferta de consultas de diversas especialidades médicas à realização de exames de imagem e outros.

Reitera, assim, o compromisso do governo do estado em promover a saúde de qualidade à população baiana, conforme registra o chefe do Poder Executivo na mensagem que acompanha a presente proposição.

Trata-se, assim, de mais um esforço do governo da Bahia para levar à população um serviço de qualidade na rede de atenção básica e fortalecer a descentralização e regionalização da saúde, proporcionando um atendimento mais célere e mais conforto aos baianos.

O projeto não recebeu emendas, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como, ante a inexistência de óbice quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou colocar em votação no âmbito das comissões, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, eu quero deixar claro aqui, inclusive para os colegas, o trabalho da Oposição. Nós não achamos justo que haja a votação desses empréstimos, já fizemos a votação de um empréstimo há uns 15 dias, e tem mais alguns empréstimos para serem avaliados. Então, nós não concordamos com essa metodologia do governador Jerônimo Rodrigues de encaminhar esses projetos sem discipliná-los, sem esclarecê-los.

É uma coisa genérica o que ele colocou, “fortalecimento do SUS”, o que é isso, “fortalecimento do SUS”? Quais são as ações que serão feitas? Vai ter algum investimento em regulação? Vai ter algum investimento... Ou seja, é uma coisa genérica, como sempre, a Oposição jamais vai dar esse cheque em branco.

Então, eu queria solicitar, após a leitura do parecer, a verificação do quórum no âmbito das comissões, agora sem pressa, Sr. Presidente. Eu queria pedir que minha bancada, que faz parte de algumas comissões, se retirasse só do Plenário para que não se contabilize a presença deles.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado, V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

V. Ex.<sup>a</sup>, deputado Alan, tem toda a razão, as equipes do deputado Rosemberg e do governo deveriam, antes, vir explicar aqui esse empréstimo ao deputado Alan. Fortalecimento do SUS de que forma? Acho que o deputado Alan tem toda a razão.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões...

Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, olhe bem, eu tive o cuidado de pedir para preparar uma nota explicativa, nota essa à qual diversos deputados, inclusive da Oposição, tiveram acesso, sobre como deverá se proceder o investimento desses empréstimos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, já foi entregue essa...

O Sr. Rosemberg Pinto: Foi entregue, foi entregue.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Então, não precisa...

O Sr. Rosemberg Pinto: Parece-me que, inclusive, tem um aí na sua mesa. Então, não há justificativa. Aqui, isso não significa... Às vezes há uma posição aqui dos parlamentares da Oposição apenas para usar isso como justificativa. Isso não mudaria... Nunca se votou, nesta Casa, um empréstimo com o voto dos deputados da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Verificação de quórum no âmbito das comissões.

Srs. Deputados, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputada Maria del Carmen, ausente; deputado Júnior Nascimento, ausente; deputado Alan Sanches, presente; deputado Euclides, ausente; deputado Felipe Duarte, presente, dois; deputada Ivana Bastos, presente, três. Então, com o deputado Júnior e o deputado Vitor...

(O Sr. Vitor Bonfim faz intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, está aqui, olhe, Comissão de Constituição e Justiça.

Eu falei Nascimento, eu não estou vendo aqui, de costas.

Há quórum na comissão.

A próxima é a de Saúde.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quatro o quê, rapaz?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, não tem quórum na Comissão de Saúde.

Vamos lá. Maria del Carmen, ausente; Júnior Nascimento, ausente; Alan, um; Euclides, dois; Felipe, três; Ivana, quatro; e Vitor, cinco. Há quórum na comissão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, não tem quórum, quatro.

Não tem quórum, deputado Rosemberg, portanto.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., vamos para as próximas comissões, depois volta, presidente. Temos um tempo de 25 minutos de votação, ou melhor, de 15 minutos. Desculpe-me.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente! Presidente, por favor, por favor. Nas comissões não há tempo, não tem abertura de tempo de 25 e de 15. Isso não existe.

O Sr. Rosemberg Pinto: São 15 minutos nas comissões. Oh, meu Deus do céu! São 15 minutos, meu querido Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 15 minutos, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Então, eu gostaria de que V. Ex.<sup>a</sup> abrisse o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem 15 minutos enquanto a gente faz a chamada de verificação nas comissões, por favor.

Comissão de Saúde e Saneamento.

Alex da Piatã, presente; José de Arimateia, ausente; Eduardo Alencar, presente, dois; Fabíola, três; Hassan, quatro; Luciano, cinco.

Há quórum na comissão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Júnior já chegou aqui. Pede a Maria Del Carmen e a Euclides para descerem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Microfone aberto, deputado Rosemberg.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Olívia Santana, um; Penalva, ausente; Felipe, dois; Hilton Coelho, três; Robinson Almeida; Rosemberg, quatro; e Soane, cinco.

Há quórum na Comissão de Educação e Cultura.

Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Eduardo Salles; Pedro Tavares, ausente; Bobô, presente; Cláudia Oliveira, presente; Eures Ribeiro, presente, três; Marcinho, ausente; Penalva, ausente; Raimundinho, quatro; Maria del Carmen...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Está aqui! São cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já está presente? Cinco. Portanto, há quórum na comissão.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Vitor Bonfim, presente; Angelo Coronel, dois; Bobô, três; Hassan, quatro. Zé Raimundo está na Casa? Cinco. Então, portanto, há quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): CCJ já tem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Na CCJ? Foi na Justiça? Voltar para a primeira, a Comissão de Constituição e Justiça.

Maria del Carmen, um; Alan Sanches, dois; Euclides; Felipe, três; Ivana, quatro; Vitor, cinco. Portanto, há quórum nas comissões.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer do deputado Vitor.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu pedi para me inscrever para encaminhar, Sr. Presidente, quando, obviamente, o parecer for lido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já foi lido, deputado.

O Sr. Alan Sanches: O parecer já foi lido.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, em votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou encaminhar.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero uma verificação do quórum, agora para votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, mas só pode depois que ele colocar em votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero saber se o Regimento é o de Rosemberg ou é o da Casa?

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas o Regimento é assim, querido! Então...

O Sr. Alan Sanches: Não, votamos no âmbito das comissões. Se está no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ouçam, foi lido o relatório do deputado Vitor, foi colocado em votação no âmbito das comissões, onde houve quórum. Agora, nós vamos para a votação. Vai ter o encaminhamento, V. Ex.<sup>a</sup> faz a sugestão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pois é, eu pedi para fazer o encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Deputado Rosemberg, para encaminhar.

O Sr. Alan Sanches: Eu pedi a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, mas nós vamos votar. Ele encaminha e depois a gente vota.

O Sr. Rosemberg Pinto: É, depois.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Entendeu? Entendeu, deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, primeiro, dizer que nós vamos votar três projetos que versam sobre empréstimo. Um deles, na realidade, esta Casa já votou o empréstimo; outro deles é a adequação de um valor que foi aprovado nesta Casa para investimento em tratamento de água, empréstimo esse que é subsidiado por um banco



internacional da Alemanha, que cumpre um papel. E eu me lembro que nós votamos esse projeto aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, deputado Rosemberg, me desculpe. V. Ex.<sup>a</sup> está se referindo ao Projeto de nº 25.027, que altera a Lei nº 13.549, que foi em 11 de maio. Não foi isso?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Foi esse, 11 de maio.

Então, esses dois projetos são dois projetos que serão apreciados aqui. Um deles tem o objetivo de fazer um grande programa de preservação da Mata Atlântica em nossa região. É um projeto financiado pelo BID, já direcionado ao investimento na Mata Atlântica, para a preservação de algo que o mundo inteiro defende a sua preservação. A Mata Atlântica, hoje, é um grande pulmão na parte oceânica, do litoral do nosso país, e é uma área extremamente degradada. E esse valor tem o objetivo de municiar ações de preservação da Mata Atlântica com arranjos produtivos, para impedir que aconteça o desmatamento nessas áreas. Então, presidente, está explicado no projeto, está dito para onde irá o investimento.

Eu vejo aqui um debate significativo em relação à saúde pública, mais especificamente dirigido para a regulação, deputada Maria del Carmen. O governo faz um esforço imenso no intuito de regular os pacientes, de criar um ordenamento do atendimento para que a gente possa dar a oportunidade àquelas pessoas de serem atendidas, independentemente de se ela tem ou não pedido, que no passado acontecia a partir de políticos, de amigos. Hoje, a regulação tira essa condição e coloca numa ordem, pela qual as pessoas, inclusive as mais humildes, podem ser transferidas de um local para outro até por avião, para ter um atendimento digno de saúde.

E esse empréstimo que está colocado aí é, exatamente, com o objetivo de ampliar o Sistema Único de Saúde no estado da Bahia, para garantir o melhor atendimento à saúde. Foi explicado aqui, quando o governador encaminhou o projeto para a Casa Legislativa.

Então, não há que se falar aqui que nós estamos apresentando um empréstimo sem explicar onde ele será utilizado. Eu quero afirmar que em nenhum local em que se apresenta solicitações de empréstimo tem as explicações detalhadas como as explicações que são feitas aqui.

Na semana passada, estive aqui a diretora, para dar explicações sobre o nosso plano de saúde dos servidores do estado. Com relação à segurança pública, estará vindo aqui, na quarta-feira, o secretário da Segurança Pública.

Já estiveram aqui, nas comissões, diversos secretários e secretárias de estado para dar explicação sobre o que o estado está fazendo, a partir do nosso governo, nas políticas, principalmente as sociais, do nosso estado. Então, não há que se falar aqui em falta de transparência.

Eu quero aproveitar este momento e conclamar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes, porque o deputado Alan já anunciou que vai pedir uma verificação de quórum para a votação, o que é legítimo, o que é da regra regimental. Então, eu gostaria de conclamar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui, ao Plenário, para que a gente possa votar esse projeto, para que as

ações de preservação ambiental, de ampliação do sistema de saúde e de melhoria da vida dos baianos e das baianas sejam aprovadas aqui, para que a gente possa dar conforto ao nosso governador de fazer as ações que a sociedade baiana precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, deputado Alan.

**O Sr. ALAN SANCHES:** Sr. Presidente, hoje nós teremos aqui quatro projetos de pedidos de empréstimo. Já vieram todos de carreira.

Agora, com todo o respeito, deputado Rosemberg, que tenho a V. Ex.<sup>a</sup>, não cabe ao deputado Rosemberg fazer a interpretação do entendimento de quem quer que seja desta Casa; não cabe ao deputado Rosemberg dizer que nove linhas... a nota técnica, a que o deputado Rosemberg se refere, para o empréstimo de US\$ 150 milhões tem nove linhas. Se multiplicar isso vezes 5, 5 vezes 5 são 25, vão 2, a gente está falando de 750 milhões. E V. Ex.<sup>a</sup> vem dizer que, para o meu entendimento, nove linhas são suficientes para um empréstimo de R\$ 750 milhões. V. Ex.<sup>a</sup> quer dizer que é com essa nota técnica que todos os deputados têm de concordar.

Então, eu digo que o que V. Ex.<sup>a</sup> tem de entendimento tem de ficar para V. Ex.<sup>a</sup> e sua bancada. Eu não sou obrigado a ter o mesmo grau de inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>, nem a acreditar que nove linhas numa nota técnica são suficientes para esclarecer um empréstimo de R\$ 750 milhões.

O deputado Rosemberg, hoje, com todo o carinho que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, e respeito como colega, que aqui, nesta Casa, entrou em 2010, ainda comigo... Eu não posso entender que, pela inteligência do deputado... Já convivo durante algum tempo com ele, é um deputado extremamente sagaz, esperto, inteligente, mas quando vem falar de segurança pública, deputado Rosemberg – que está ao telefone –, eu não tenho nada, absolutamente nada com o Rio de Janeiro, eu não tenho nada com São Paulo, eu tenho com o meu povo da Bahia, com os baianos. Eu não disputei eleição no Rio de Janeiro, eu não disputei eleição em São Paulo para que V. Ex.<sup>a</sup> venha fazer comparação de segurança pública com qualquer outro estado. Isso é inconcebível!

Agora, o que V. Ex.<sup>a</sup> poderia estar discutindo aqui é que em 2016 nós tínhamos um Orçamento da Bahia de 28 bilhões, e o Orçamento para a segurança pública era de 4 bilhões. Quando chegou 2022, a Bahia já tinha um Orçamento de, se não me falha a memória, 58 bilhões, mas o Orçamento da segurança pública continuou em 4 bilhões. Proporcionalmente, menos da metade do que deveria ser aplicado.

Então, meus amigos, amigas, deputados, todos vocês que nos acompanham, nós não poderemos falar de segurança pública quando ela não é priorizada aqui, na Bahia. Eu falo por dados! E esses dados não são inventados, esses dados estão à disposição de V. Ex.<sup>as</sup> no relatório do Tribunal de Contas do Estado. Falo do investimento de 4 bilhões em 2016, para um Orçamento de 28 bilhões, e 4 bilhões quando a gente já tem o Orçamento duas vezes maior.

Então, meus amigos, não foi priorizada a segurança pública durante os 17 anos de governo do PT. E agora fica esse Deus nos acuda, querendo fazer comparação com outros estados. Eu não tenho absolutamente nada a ver com os outros estados.

O Sr. Robinho: V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. ALAN SANCHES:** Concedo aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Meu líder, mesmo assim, Alan, vamos comparar. Pode comparar com São Paulo. São Paulo tem uma população de 50 milhões. Morre-se mais de violência na Bahia do que no estado de São Paulo. Há 6 anos, a Bahia passou o Rio de Janeiro em violência. Há 6 anos, o Rio de Janeiro era o estado mais violento do Brasil, e a Bahia, há 6 anos, assumiu essa ponteira negativa. O estado do Rio de Janeiro tem 16 milhões de habitantes e tem uma violência inferior à Bahia, com 15 milhões de habitantes.

Esses dados de que nós estamos falando não são dados de politicagem, não, são dados reais, com números do IBGE, com números do governo. Nós não estamos inventando números aqui, não. O próprio estado do Rio de Janeiro, quando sofreu a intervenção militar, tinha números de violência inferiores aos que a Bahia tem hoje.

**O Sr. ALAN SANCHES:** Incorporo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

Entendi, Sr. Presidente, fique tranquilo. Para finalizar aqui os meus 2min54seg.

Então, o entendimento que qualquer um dos 63 deputados tem aqui é problema e responsabilidade de qualquer deputado ou deputada aqui presente. Então, não cabe ao deputado Rosemberg querer, agora, disciplinar o entendimento de quem quer que seja.

Deputado Rosemberg, eu acho que esse debate é muito maior do que política. Mas contra dados, contra fatos não há argumentos. Porque nós temos aqui os dados do investimento em segurança pública em 2016, e 6 anos depois continua o mesmo investimento de 4 bilhões, quando nós dobramos o Orçamento. Então, faltou o que ao governo do PT, ao Partido dos Trabalhadores? Fazer o investimento, olhar com prioridade.

Da mesma forma que não tem olhado com prioridade para a nossa saúde. Então, daqui a pouco vai acontecer a mesma coisa que está acontecendo na segurança pública, o caos total.

Agora, Sr. Presidente, veja que a Oposição – ainda me resta, com a sua tranquilidade, 1min42seg – sempre que pode, tenta compor com o governo. Aceitou, com a anuência do deputado Pablo em uma reunião da comissão que preside, que, independentemente de ser uma audiência pública, o comando da polícia, o comando da segurança pública do nosso estado se dirigisse a esta Casa para trazer alguns esclarecimentos, para responder às perguntas necessárias aos deputados. Então, nós estamos, aqui, sempre tentando colaborar. Agora, eu não tenho como colaborar quando eu não tenho a caneta. A Oposição não tem a caneta. O que faltou durante todos esses anos do governo do PT foi priorizar a segurança pública, e está provado que há falta de investimento. Por isso, nesse primeiro projeto, nós vamos votar em

contrário, porque entendemos que ele não traz o benefício esclarecedor e transparente de que a Bahia precisa.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 25.023/2023.

O Sr. Dr. Diego Castro: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, até por uma justificativa ao público conservador, consequentemente o liberal, que assistindo à *TV ALBA* teve o conhecimento da matéria, quero registrar aqui e encaminhar o meu voto contrário a essa matéria do empréstimo, porque existem outros meios para melhorar os serviços básicos do estado, inclusive medidas que visam a diminuir o peso da máquina estatal, sem sacrificar o bolso dos nossos contribuintes, a exemplo do corte de comissionados, que a Bahia tem aí o maior exemplo nesse sentido, do governo estadual; a exemplo da utilização de recursos dentro até da própria área do tripé das políticas públicas em utilidades desnecessárias, como o das câmeras no fardamento da PM; e podem ser utilizados outros meios para que a saúde não necessite que o governo esteja requisitando a esta Casa para sacrificar o bolso dos contribuintes para melhorar a saúde, que já recebe recursos milionários.

Então, eu encaminho o voto contrário, presidente. Não é contra a saúde, mas é contra o método que o governo está utilizando para adquirir esse empréstimo.

O Sr. Leandro de Jesus: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. Leandro de Jesus: É importante destacar aqui essa questão da votação. Eu estava atendendo em meu gabinete e falou-se que este empréstimo seria para o melhoramento da saúde, que esse empréstimo seria para melhorar o que, supostamente, já estaria muito bom e que parece que os pobres, líder, estão até podendo viajar de avião para serem atendidos. Foi isso que eu ouvi?

Eu, nas minhas andanças que tenho feito, no meu papel de fiscal, não é isso que a gente vê por aí, o que nós estamos vendo. E, aqui, eu faço um desafio aos meus colegas, inclusive o líder Rosemberg, vamos fazer juntos uma visita às UPAs e conversar com o povo, o povo real, uma visita aos hospitais para a gente ouvir da própria população o que é que eles estão achando da saúde no estado da Bahia, porque o que eu tenho ouvido, o que eu tenho visto pessoalmente é completamente diferente.

Então, falar em pegar um empréstimo como esse para essa tal finalidade, supostamente, a mim não parece muito bem-visto, até porque dentro do próprio sistema de regulação não existe transparência. Foi dito aqui que no passado apenas quem tinha uma influência política era atendido. Parece que esse mesmo modelo se repete, porque, pela ausência de transparência, parece que só para quem conhece

fulano ou cicrano, conhece alguém aqui ou acolá, é que a fila anda. Então, isso não está tão transparente assim.

Obviamente, isso precisa de uma discussão mais aprofundada, precisa de mais clareza. Nós precisamos de uma saúde melhor, mas não assim, não colocando um peso ainda maior sobre a população, sem que isso venha, realmente, a se transformar em uma saúde de maior qualidade para a população.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Leandro de Jesus: Quero aproveitar esse momento aqui e pedir a verificação de quórum de votação para a continuidade da sessão, para que, de fato, se possa avaliar se temos aqui os colegas suficientes para a continuidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem o tempo aí, por favor, 25 minutos.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação...

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, já para agilizar, abriria a votação contando 25 minutos, e a gente já tocava. Pode ser?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Abrir a votação, como? Não entendi.

Primeiro, tem que ter a presença no painel...

O Sr. Alan Sanches: É, não tem sentido, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deem a presença, por favor.

O Sr. Alan Sanches: Não tem sentido isso do deputado Rosemberg, não.

O Sr. Hilton Coelho: Para encaminhar, presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Kátia Oliveira: Para encaminhar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, deputado Hilton.

Deputado Hilton, dê a presença primeiro para V. Ex.<sup>a</sup> estar... Srs. Deputados, solicito a presença...

Deputada Kátia, a senhora já deu presença? Primeiro tem que dar a presença, deputada Kátia.

Srs. Deputados... Deputada Kátia, já deu presença? Aí tem, aí tem atrás da senhora; deputada Ludmilla; deputado Luciano; deputado Antonio Henrique; Fabrício; Raimundinho; deputado Zó; deputada Neusa, já deu presença? deputado Zé Raimundo; Cláudia Oliveira, a dona do sul, do Extremo Sul da Bahia; deputada Fabíola; deputado Junior Muniz Pinto. Deputado Junior Pinto, por favor, a presença! Ou Junior Muniz Caetano, como queiram; deputado Laerte...

Eu vou conceder, deixe dar a presença para eu poder continuar, senão...

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. V. Ex.<sup>as</sup> que estão em outras dependências da Casa, nos gabinetes, favor comparecerem ao Plenário.



O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Kátia.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Presidente desta Casa. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados aqui presentes, a imprensa baiana, todos que nos acompanham através da *TV ALBA*, uma boa tarde. Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu vim aqui, a esta tribuna, e confesso que não era nem a minha vontade, porque eu já tinha, inclusive, decidido não trazer mais esse assunto para esta tribuna, para esta Casa. Mas, diante do que eu ouvi, do que eu vi aqui no início desta sessão, eu quero, aqui, lamentar a forma como o deputado estadual Eduardo Alencar esteve aqui, nesta tribuna, mais cedo, ele se vangloriando de um prejuízo, de mais um prejuízo que ele está tentando jogar para aquela cidade de Simões Filho, aquele povo que sempre o abraçou, haja vista que o deputado Eduardo Alencar foi prefeito da cidade de Simões Filho por quatro mandatos, se elegeu deputado estadual, tanto no primeiro como no segundo mandato, com a votação, também, de Simões Filho, que foi importante para a sua eleição. Então, tem um povo lá que o respeita, que vota, e que na última eleição contribuiu com 10 mil votos para a sua eleição.

E o nobre deputado chega aqui, nesta tribuna, feliz, se vangloriando porque, através de uma decisão monocrática, conseguiu cancelar um empréstimo para o município, um financiamento para o município que iria beneficiar, e muito, àquela população que sempre o abraçou, que sempre o respeitou, tanto a ele como a toda a família Alencar, já que Simões Filho... Eu faço questão de, mais uma vez, aqui, desta tribuna, falar, deixar claro que Simões Filho sempre fez parte da vida deles, principalmente para que eles pudessem alcançar, galgar andares e mais andares nas políticas da Bahia e nacional.

Mas qual é a resposta que o deputado Eduardo Alencar, qual é a retribuição dele àquele povo de Simões Filho? Prejudicá-lo. Prejudicou quando foi prefeito, por quatro mandatos, daquela cidade e não fez as obras de infraestrutura; quando não construiu a UTI, apesar de ser médico; por ter fechado tantas escolas; por ter feito da política social uma das piores que já existiram naquele município.

Ele, hoje, teria condições de ajudar muito ao município através das suas emendas impositivas, Sr. Presidente, como deputado estadual, através das emendas também do deputado federal, sobrinho dele, Otto Filho, através também das emendas do senador, que é irmão dele, Otto Alencar. Mas, pelo contrário, não destinou um real de emenda, nem ele, nem toda a sua família Alencar. E pior ainda, pasmem, conseguiu, através dessa decisão, cancelar o financiamento que já tinha sido assinado pelo prefeito de Simões Filho e a Caixa Econômica Federal.

Todos nós sabemos que para um empréstimo, para um financiamento ter o aval, ter a garantia da União passa por vários segmentos, são muitos. É muito rigor, precisa cumprir vários requisitos, vários requerimentos, e isso foi feito. Simões Filho, hoje, tem a vida financeira saudável. Simões Filho, hoje, pode, sim, contrair empréstimo, pode, sim, pagar qualquer tipo de financiamento, tem capacidade, tem nota B, coisa que não tinha na época do ex-gestor. Não tinha capacidade, era um município inadimplente, estava no Cadin há mais de 10 anos, sem conseguir contrair um convênio com a União, com instituições financeiras e, hoje, o município,...

(O Sr. Presidente aciona as campanhas.)

(...) apesar, Sr. Presidente, de toda a dificuldade que vem atravessando, vem passando, apesar da forma como prefeito atual, Diógenes Tolentino, encontrou o município, totalmente endividado, deixado pelo ex-gestor, deixado pelo deputado Eduardo Alencar, com dívidas de quase R\$ 500 milhões, o município está pagando essas dívidas que foram deixadas por ele.

E ele chega aqui hoje... E apesar do que os municípios estão passando, com a queda do repasse...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Já vou concluir, Sr. Presidente.

(...) com a queda do repasse do FPM. Nós sabemos que agora, neste mês, houve uma queda de 30%, e isso tem prejudicado, e muito, os municípios em poder fazer o básico, em poder gerir os municípios. Então, com mais essa queda do FPM, com a falta de recursos de emendas do deputado... Ele hoje é deputado; o irmão é senador; o sobrinho é deputado federal; e esse empréstimo que, naturalmente, é normal... Toda dona de casa, todo pai de família, quando quer fazer uma reforma na sua casa – eu tiro por mim – quando quer fazer uma reforma na sua casa, quando quer fazer uma ampliação, pega um empréstimo, pega um financiamento no banco. E bate a laje, constrói em cima...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Kátia, para concluir, por favor.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Já vou finalizar, Sr. Presidente.

(...) isso é normal, não há nenhum problema, desde quando se tenha capacidade financeira para pagar. E isso o município, hoje, tem.

Eu queria saber do ex-prefeito Eduardo Alencar com que cara ele vai chegar lá ao Oiteiro...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Kátia, para encerrar, por favor.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Já estou finalizando, vou finalizar, Sr. Presidente.

Com que cara ele vai chegar ao Oiteiro, à Fazenda Nova, à Oceania, comunidades que estão, Sr. Presidente, há 20 anos, 30 anos sem ação do poder público, e agora teriam essa oportunidade de ter obras estruturantes? E aquelas comunidades, aqueles pais e mães de família poderiam andar, poderiam trafegar com qualidade, ter mais bem-estar na sua comunidade.

Então o nobre colega deputado Eduardo Alencar, ex-prefeito daquela cidade de Simões Filho, chega hoje se vangloriando, feliz da vida, dizendo que conseguiu cancelar esse empréstimo. Agora, Sr. Presidente, só para finalizar, eu queria entender por que o nobre deputado não entrou na Justiça contra os empréstimos que outros municípios, do PSD, inclusive, contraíram, e ele nem entrou na Justiça nem fez nenhuma fala aqui chamando esses prefeitos de irresponsáveis? Porque, assim como o prefeito de Simões Filho, assim como a cidade de Simões Filho, com certeza, esses municípios têm capacidade...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Kátia, por favor, já fui tolerante demais.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Já vou finalizar.

(...) financeira para honrar esse compromisso.

Mas, com Simões Filho, o que a gente vê aqui, verdadeiramente, é uma hipocrisia por parte do deputado Eduardo Alencar. Mesmo porque esta Casa aprovou e vai também agora votar mais empréstimo do governo do estado e ele vai votar a favor. Mas contra o povo de Simões Filho, que sempre o abraçou e o respeitou, ele é contra o progresso, ele é contra o desenvolvimento e o bem-estar daquela população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 25.023/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com os votos contrários do deputado Alan...

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, quero encaminhar aqui, de maneira pública, que fique registrado o meu voto contrário a esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou registrar os votos contrários.

Já foi votado o projeto, foi aprovado o projeto com os votos contrários do deputado Alan Sanches, do deputado Leandro de Jesus e do deputado Diego Castro, portanto, dos três deputados.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre o meu voto a favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O voto é favorável, deputado?

O Sr. Hilton Coelho: Registre o meu voto a favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com o voto, também, favorável do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Rosemberg Pinto: Samuel também.

### **PROJETO DE LEI Nº 25.023/2023**

**Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares

americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

**Parágrafo único** – Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II.

**Art. 2º** – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 3º** – As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

**Art. 4º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há sobre a mesa um requerimento.  
(Lê) “*REQUERIMENTO*

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

*Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

*Sala das Sessões, 18 de setembro de 2023.*

*Deputado Rosemberg Pinto”*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O deputado Samuel também é favorável. É contrário?

Votos contrários dos deputados Samuel Junior, Robinho, Leandro de Jesus, Diego Castro e da deputada Kátia Oliveira.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, nós fizemos uma combinação aqui com o deputado Alan...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para votar as comendas?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, tem mais projetos. Mas é com relação ao deputado Eduardo Alencar, porque ele pediu o direito de resposta. E eu conversei com o deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma! Essa briga em Simões Filho deixa para mais tarde.

Deputado, pense direitinho. Quer falar logo agora?

O Sr. Eduardo Alencar (fora do microfone): É prerrogativa minha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso aqui vai melhorar na medida em que se aproximam as eleições. Daqui a pouco Raimundinho estará brigando lá em Dias d'Ávila; Robinho estará brigando em Mucuri; Laerte estará brigando em Monte Santo; Ludmilla estará brigando em Alagoinhas; Eures estará brigando em Bom Jesus da Lapa; e por aí vai.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Com a palavra o deputado Eduardo Alencar.

**O Sr. EDUARDO ALENCAR:** Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Campo Formoso não tem briga...

**O Sr. EDUARDO ALENCAR:** Presidente, não é briga, não. A minha defesa é em prol do município de Simões Filho.

Quando se fala do empréstimo que o governo do estado está botando aqui hoje em votação, imaginem vocês que os juros do empréstimo do governo do estado são de 4% ao ano; o empréstimo da Caixa Econômica para o município de Simões Filho tem juros de 2,3% ao mês. Ao mês!

(A Sr.<sup>a</sup> Kátia Oliveira se manifesta fora do microfone.)

**O Sr. EDUARDO ALENCAR:** Deputada, V. Ex.<sup>a</sup> falou e eu fiquei calado aqui ouvindo a senhora falar. Por favor, respeite o momento que estou aqui na tribuna. Então aguarde um pouquinho.

São esses juros por mês. Já tomou R\$ 25 milhões, há tempos, para fazer a reforma do mercado, mas quando chove molha todo o mercado. Está funcionando até hoje com gerador. Não fizeram projeto elétrico para o mercado funcionar. Funciona, Sr. Presidente, Srs. Deputados, botando óleo diesel em três geradores. Gasta, por mês, R\$ 200 mil de óleo diesel só para manter o mercado funcionando em determinado momento. Então é um projeto mal-feito, irregular e que deixa a desejar. Os permissionários do mercado, hoje, vivem lá vendendo R\$ 100, R\$ 20 por dia. Não têm clientela nenhuma porque o mercado não atende às necessidades do povo de Simões Filho.

O empréstimo de R\$ 25 milhões foi tomado para fazer o mercado e fazer as reformas do Colégio Padre Luiz Palmeira e da Escola Enock Pimentel Tourinho, até hoje inacabadas. E a obra do estádio foi feita, também, de péssima qualidade, pegando dinheiro e jogando no ralo.

Foram mais R\$ 11 milhões no Banco do Brasil. R\$ 25 milhões, com mais R\$ 11 milhões, já são R\$ 36 milhões; com mais R\$ 85 milhões, são R\$ 121,5 milhões de dívida do município, que eles querem tomar. Realmente, não estou me gloriando, não, eu estou aqui, deputada, em defesa dos munícipes de Simões Filho. Sabe por quê? Porque Simões Filho não ia ter a menor condição. O seu esposo, que é o prefeito hoje, ia tomar esse empréstimo e vai deixar o mandato daqui a 1 ano. Quem iria pagar



seriam os próximos prefeitos, as próximas gerações é que iriam pagar a dívida de R\$ 121,5 milhões, todo mês. O município de Simões Filho iria pagar, com juros exorbitantes, juros de cigano.

Eu estou contra a modalidade e a forma que seu esposo, que é o prefeito de Simões Filho, Diogenes Tolentino, está tomando e usando dinheiro público, faltando apenas 1 ano para as eleições, sem projeto nenhum. O empréstimo que ele está tomando não mandou um único projeto para a câmara de vereadores, um único projeto! É um cheque em branco, realmente, que estão dando ao prefeito. Ele tem a maioria na câmara, tem 19 vereadores dizendo “amém” a ele e ele faz o que quer com a câmara de vereadores.

Mas o que foi que aconteceu? Diante dessa situação, deputada, o PSD entrou na Justiça, argumentando e apontando os erros do projeto que os vereadores fizeram. O projeto não passou pelas comissões, em apenas 2 horas e 40 minutos, o projeto deu entrada na câmara, foi aprovado e sancionado pelo prefeito no mesmo instante.

Então foi muito rápido! A vontade de tomar empréstimo, de pegar esse dinheiro foi tão grande que cometeram um erro fatal. Chega ao ponto de a Justiça cancelar a lei que autorizou o prefeito a pegar esse empréstimo. Então esse é o...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) motivo justo pelo qual vim aqui à tribuna mais cedo agradecer a Deus por ter cancelado esse projeto que ia trazer sérias complicações para o município de Simões Filho, nos próximos anos, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem disso. Ele também sabe, mas não tem respeito pelo povo de Simões Filho, não está preocupado, não.

A saúde que está, hoje, com o hospital funcionando sem gaze; os postos de saúde sem medicação, sem remédio para diabetes; simplesmente, na saúde básica...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do município de Simões Filho, nada funciona. E não sou eu que estou dizendo, não, Srs. Deputados, quem está dizendo é o povo de Simões Filho que está lá, na fila, pedindo remédio para diabetes e hipertensão, que hoje não tem nos postos de saúde.

Então eu acho que ele está... Olha, tem uma folha de pagamento de R\$ 32 milhões por mês. Sabe de quanto é a receita do município de Simões Filho? De R\$ 42 milhões. Ou seja, sobram R\$ 10 milhões para a manutenção da cidade, saúde, social, educação, transporte. Infelizmente, o seu esposo está fazendo campanha com a folha de pagamento. E com a folha de pagamento não vai fazer. Isso não deve ser feito com dinheiro público. E não vai tomar empréstimo para pagar folha de pagamento, deputados.

Ele tem de fazer uma gestão, enxugar a folha – se ele quiser enxugar –, fazer uma contenção de despesa para que o município volte a funcionar. Agora, não se admite que tenha uma receita de R\$ 42 milhões e R\$ 32 milhões sejam de uma folha de pagamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação...

A Sr.<sup>a</sup> Kátia Oliveira: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Kátia, infelizmente, essa briga de Simões Filho ficará para depois. Depois! Eu não vou conceder...

A Sr.<sup>a</sup> Kátia Oliveira: Sr. Presidente! Sr. Presidente, o deputado chegou aqui com falácias, com mentiras...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada! Deputada, por favor. Eu concedi a senhora, que não era para conceder... Ouça, ouça o que eu vou falar. Ouça o que eu vou falar, deputada! Eu abro mão para todo mundo; teve o Horário das Representações Partidárias, nem a senhora e nem o deputado Eduardo usaram da palavra; eu estou abrindo um precedente para discutir o projeto e estão entrando na briga de Simões Filho.

Então, deputado Alan, compreenda, eu vou botar em votação e, lá no final, a gente vê. Agora, não pode parar a sessão para discutir Simões Filho, uma briga municipal, com todo respeito, deputada Kátia.

Em votação, o projeto... Calma, calma!

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Esse é um projeto sem problema, é o da resolução da Mesa Diretora, que até já está vigorando aqui. Por favor, 1 minuto, deputado Alan, vou conceder a V. Ex.<sup>a</sup>, daqui a pouco.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou em silêncio porque V. Ex.<sup>a</sup> não permitiu. Calma, calma, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então só vai votar esse dos títulos de cidadão e de comendas...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria, apenas...

(A deputada Kátia Oliveira se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Kátia, depois! Porque senão a deputada Kátia vai citar o nome do deputado Eduardo, ele vai querer usar o tempo e, pela lógica, eu teria de conceder...

O Sr. Alan Sanches: Veja bem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) aí, nós vamos ficar para lá e para cá, para lá e para cá.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Espere 1 minuto, 1 minuto.

O Sr. Alan Sanches: O entendimento que eu tenho é diferente. Se a deputada não utilizar a palavra se referindo ao deputado Alencar de forma pejorativa, de forma alguma, não há problema. Eu posso falar do deputado Adolfo e, não sendo pejorativo, isso não vai dar a V. Ex.<sup>a</sup> o direito de resposta...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E onde foi pejorativo aí, que eu não ouvi?

O Sr. Alan Sanches: Então pronto. V. Ex.<sup>a</sup> não precisará dar a palavra aos dois, mas o tempo que nós temos para encaminhar a matéria que V. Ex.<sup>a</sup> coloca...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, essa já foi! Essa já foi encaminhada.

O Sr. Alan Sanches: Calma, deputado. Nós temos mais três...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É tudo título, calma. Nas outras, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, é isso. Neste meu tempo regimental e legislativo, quem vai falar por mim vai ser a deputada Kátia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., depois que eu colocar em votação esse projeto.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Eu vou atender ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup> e não vamos fazer obstrução a esse projeto, que é da Casa, que é da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, é da Casa, da Mesa Diretora.

O Sr. Alan Sanches: Pronto!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Resolução nº 3.164/2023 da Mesa Diretora, que (lê) “*Limita o número de títulos de Cidadão Baiano e Comenda Dois de Julho que podem ser propostos por Deputado em cada Sessão Legislativa.*”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Resolução nº 3.164/2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo do dia 19 de setembro de 2023.**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto: Projeto de Lei nº 25.024/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual (lê) “*autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.*” O projeto autoriza empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100 milhões; e junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), no valor de US\$ 18 milhões; totalizando US\$ 118 milhões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passo a relatar o (lê) “*PARECER*

*Das Comissões de: Constituição e Justiça; Agricultura e Política Rural; Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.024/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, na forma que indica, e dá outras providências.’*

*Apresenta, o Poder Executivo, para apreciação pela Assembléia Legislativa, a proposição que ora venho relatar, a qual visa obter desta Casa a necessária autorização para contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de até US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA no montante de até US\$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares americanos), destinadas ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia”, conforme registra a Mensagem Governamental, na qual ressalta ainda o Sr. Governador que o referido Projeto ‘tem como objetivo promover a transformação produtiva sustentável que permita uma melhor qualidade de vida da população rural dos Territórios de Identidade do Baixo Sul, Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá, do Bioma da Mata Atlântica da Bahia, por meio da proteção da base de recursos naturais, do crescimento ambientalmente sustentável e diversificado da produção do meio rural, da elevação da renda e para ampliação do acesso a serviços essenciais como a infraestrutura de recursos hídricos e saneamento rural.’*

*Ainda segundo a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, ‘a proposta reúne esforços para promover a recuperação e preservação dos recursos ambientais do Bioma da Mata Atlântica, com projeção de atendimento a 61 municípios, beneficiando aproximadamente 100.000 (cem mil) famílias. Ademais, o Projeto visa implantar e fortalecer sistemas produtivos mais rentáveis e resilientes diante das mudanças climáticas, fortalecer e qualificar empreendimentos não agropecuários, assegurar o acesso da população rural aos recursos hídricos para consumo humano e produção agropecuária, bem como implantar projetos de saneamento ambiental rural para ampliar e qualificar o tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, e promover a regularização fundiária e ambiental das comunidades rurais de povos tradicionais e dos agricultores familiares.’*

*Trata-se, portanto, de matéria de grande importância para a preservação do meio ambiente, bem como para as cerca de cem mil famílias que poderão ser beneficiadas.*

*O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como ante a inexistência de óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.*

*É o parecer, s.m.j.*

*Sala das Sessões, 18 de setembro de 2023.”*

*(Não foi revisto pelo orador.)*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Primeiro, presidente, V. Ex.<sup>a</sup> teria de colocar no âmbito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No âmbito das comissões.

O Sr. Alan Sanches: (...) das comissões, pronto. Mas eu gostaria... Segundo a Mesa, eu não posso pedir a verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, V. Ex.<sup>a</sup> pode pedir vista agora.

O Sr. Alan Sanches: Eu vou pedir vista ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pedido de vista ao projeto que acabou de ser relatado pelo deputado Vitor Bonfim será concedido. São 48 horas, deputado Alan.

Próximo projeto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, nós estamos em regime de votação?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Então eu queria pedir a verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, mas ainda não está em votação, não, só na hora...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma.

O Sr. Alan Sanches: Não, não. Veja bem, nós temos aqui um procedimento. O procedimento é de Ordem do Dia...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quórum para continuidade da sessão é uma coisa; quórum de votação é para quando o próximo projeto for lido e for relatado.

O Sr. Rosemberg Pinto: É!

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.<sup>a</sup> está colocando o projeto, a gente está em regime de votação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, vai ler o relatório.

O Sr. Alan Sanches: Não, não, mas olhe bem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não está em votação.

O Sr. Alan Sanches: Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo é o Projeto de Lei nº 25.026/2023, procedente do Poder Executivo, que (lê) “(...) altera o § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, na forma que indica.” O projeto trata de (lê) “(...) modificar a atual conjuntura atuarial da previdência e fomentar a política de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - RPPS, ratificando o compromisso do Governo do Estado com o fortalecimento do referido Regime.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Vitor Bonfim. Deputado Zé Raimundo, por favor.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Passo a relatar: (Lê) “*PARECER*

*Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura,*



*Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.026/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera o § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, na forma que indica.’*

*A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘tem por objetivo modificar a atual conjuntura atuarial da previdência e fomentar a política de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - RPPS, ratificando o compromisso do Governo do Estado com o fortalecimento do referido Regime’, segundo informa-nos o Exmº Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.*

*Com a proposta cuida-se de ampliar, a partir do exercício de 2023 e até 2026, o prazo anteriormente fixado até o exercício de 2022, visando a possível utilização, em caráter excepcional, dos recursos creditados e acumulados em conta integrante do Fundo Financeiro do RPPS para capitalização, para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV.*

*O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como ante a inexistência de óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.*

*É o parecer, s.m.j.*

*Sala das Sessões, 13 de setembro de 2023.”*

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação...

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O presidente não pode nem falar. Já está acabando o meu mandato?

O Sr. Samuel Junior: É porque, às vezes, o senhor fala tão ligeirinho, presidente, que a gente se antecipa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda vai demorar, tenham calma. Não é, Robinson?

Em votação, no âmbito das comissões.

O Sr. Samuel Junior: Já que V. Ex.<sup>a</sup> colocou no âmbito das comissões, assim que V. Ex.<sup>a</sup> concluir a votação no âmbito das comissões, a gente quer uma verificação de quórum de votação, já no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

O Sr. Samuel Junior: Eu já estou me antecipando, para que a... Então, no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Samuel Junior: Não. V. Ex.<sup>a</sup> não está no âmbito das comissões? Então, nominalmente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vai ser chamada nominal nas comissões?

O Sr. Samuel Junior: Nas comissões!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

A primeira comissão é a Comissão de Constituição e Justiça:

Maria del Carmen, presente.

Alan Sanches, presente.

Euclides Fernandes, ausente.

Felipe Duarte, presente.

Ivana Bastos, presente.

Vitor Bonfim, presente.

Então, há quórum.

Comissão de Agricultura e Política Rural:

Manoel Rocha, ausente.

Ricardo Rodrigues, presente.

Fátima Nunes, ausente.

Luciano Araújo, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pedro Tavares...

O Sr. Rosemberg Pinto: Marque os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu volto. Está ausente? Eu volto, deputado Rosemberg Pinto. Marquem os 15 minutos e eu volto a chamar, vocês me ajudam.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, como V. Ex.<sup>a</sup> estabeleceu o tempo, só quero pedir para marcar, para que ajude o senhor e nos ajude. Marquem 10 minutos, porque já passaram os 5 minutos que V. Ex.<sup>a</sup> começou a contar.

O Sr. Rosemberg Pinto: São 15 minutos! (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos:

Leandro de Jesus, ausente.

Matheus Ferreira, ausente.

Cafu Barreto, ausente.

Fátima Nunes, ausente.

Paulo Rangel, ausente.

Roberto Carlos, ausente.

Não há quórum na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k..

O Sr. Samuel Junior: O.k., não tem ninguém da Comissão de Meio Ambiente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próxima comissão:

Olívia Santana, presente.

Felipe Duarte, presente.

Hilton Coelho, presente.

Robinson Almeida...

O Sr. Samuel Junior: Presidente, a deputada Olívia não está presente, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estava aqui agora.

Srs. Deputados, eu peço aos Srs. Deputados que fiquem aqui no Plenário. Nós estamos pedindo presença em votação.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur (fora do microfone): Olha ali a deputada Olívia.

O Sr. Samuel Junior: Ela chegou agora.

Pode chamar de novo, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público:

Olívia Santana, presente.

Felipe Duarte, presente.

Hilton Coelho, presente.

Robinson Almeida, ausente.

Rosemberg Pinto, presente.

Soane Galvão, presente.

Há quórum na Comissão de Educação.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, a deputada Soane não está aqui, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estava aqui agora.

O Sr. Samuel Junior: É que V. Ex.<sup>a</sup> está de cabeça baixa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então não há quórum. Não há quórum nas duas comissões, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pronto, Soane chegou aqui.

O Sr. Samuel Junior: Vamos para a próxima comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle:

Vitor Bonfim, presente.

Angelo Coronel Filho, presente.

Bobô, presente.

Hassan, presente.

Zé Raimundo Fontes, presente.

Há quórum.

Segunda chamada para a Comissão de Agricultura:

Ricardo Rodrigues, presente.

Fátima Nunes, ausente.

Luciano Araújo, presente.

Marquinho Viana, ausente.

Neusa Cadore, presente.

Chamarei os suplentes:

Eduardo Salles, presente.

Laerte do Vando, ausente.

Paulo Rangel, ausente.

Não há quórum.

O Sr. Samuel Junior: Próximo projeto, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Só falta essa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Chamarei a Comissão de Meio Ambiente novamente:

Leandro de Jesus, ausente.

Matheus Ferreira, ausente.

Cafu Barreto, ausente.

Fátima Nunes, ausente.

José de Arimateia, ausente.

Marcinho Oliveira, ausente.

Paulo Rangel, ausente.

Roberto Carlos, ausente.

Nenhum membro presente, então não adianta nem esperar pelo tempo marcado. Concorda, deputado?

O Sr. Rosemberg Pinto: Concordo, presidente, concordo.

Na realidade, só para explicar, esse não é um projeto de empréstimo, é um projeto de adequação do Funprev. Quem fica no prejuízo são os servidores do estado, que vão... se nós não votarmos. Mas eu espero que, já na próxima sessão, a gente possa votar, para não trazer prejuízo para os servidores do fundo de previdência do estado da Bahia.

O Sr. Samuel Junior: Tirou de pauta, Sr. Presidente?

O Sr. Rosemberg Pinto: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Vou passar a presidência para o primeiro-vice-presidente, o deputado Zé Raimundo, por favor.

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, o deputado Rosemberg fez uma explanação agora, justificando que se esse projeto não fosse votado – como não foi, por falta de quórum dos 43 deputados da Base do Governo –, estaria prejudicando os servidores.

Mas veja a incoerência do deputado Rosemberg. Hoje ele está muito incoerente, nesta tarde aqui na Assembleia, ao falar de prejuízo a servidor. Por que ele não fez esse comentário quando ele não pagou, não foi a favor dos juros e mora dos precatórios? Por que ele não falou isso quando só deu 4% aos servidores? Por que ele não falou isso quando ele aumentou até 8% o Planserv? Então falar em prejuízo para servidor, querendo imputar que nós, da Oposição, estamos querendo, de alguma forma, prejudicar servidor, é uma incoerência demasiada do nobre deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, o deputado Alan sentiu a carapuça – vamos dizer assim – mas eu não citei nem o deputado e nem ninguém. Eu disse que quanto mais tempo demora para votar esse projeto, mais demora de fazer a adequação, e isso traz prejuízo para o servidor. E é uma realidade, eu não estou aqui acusando ninguém. Eu só estou dizendo, olha, que se a gente demora de votar... Mas não tem problema, quarta-feira a gente vota. Na minha opinião, não terá nenhum prejuízo votar hoje ou votar na quarta-feira, até para que o deputado Alan e a bancada estudem melhor, como ele disse aqui. Vou preparar uma nota técnica mais robusta, vou pedir – viu, Priscila? – para o governo mandar uma nota técnica mais robusta, ao invés de nove linhas, que sejam 28 ou 29 linhas, para que a gente possa...

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Duas laudas...

O Sr. Rosemberg Pinto: Está bom. Próximo projeto.

O Sr. Samuel Junior: Vamos lá, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Não houve quórum no âmbito das comissões, vamos para o próximo projeto. Projeto...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, só uma questão de ordem. É que V. Ex.<sup>a</sup> assumiu agora...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Assumi agora e estou, exatamente, organizando a ordem de votação. Já está aqui o secretário e está me orientando.

O Sr. Samuel Junior: Isso. V. Ex.<sup>a</sup> assumiu a presidência e está muito bem representado. Só lembrando que o presidente Adolfo já tirou de pauta o projeto que estávamos discutindo. Então o que V. Ex.<sup>a</sup> tem de ler agora é um novo projeto. O outro não cabe mais discussão aqui.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não cabe, é verdade. Agora...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto!

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) eu não entendi, presidente, eu perguntei ao deputado Vitor por que teria a Comissão de Meio Ambiente nesse projeto. Porque...

O Sr. Samuel Junior: Já foi tirado de pauta, presidente, o projeto. A discussão agora é do novo projeto, não tem o que se discutir mais, já foi tirado de pauta.



O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto. Vamos aguardar o esclarecimento necessário.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não é do empréstimo, não. Não foi do empréstimo, não!

O Sr. Samuel Junior: Já foi tirado de pauta o projeto, rapaz.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não, não! O que caiu foi o projeto do Funprev. Não, não, não! Pega as notas taquigráficas, aqui. Pega as notas taquigráficas! O que caiu foi o projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Projeto de Lei nº 25.026/2023.

O Sr. Rosemberg Pinto: Esse é o próximo. O que caiu aqui foi o projeto lido pelo deputado Vitor Bonfim, que dizia a respeito ao Funprev. Peguem as notas taquigráficas. Não tem e não existe.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A Secretaria da Mesa está organizando. Eu assumi a presidência...

O Sr. Samuel Junior: O projeto com a terminação 026 já foi retirado da pauta.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Presidente, pela ordem, pela ordem, pela ordem, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quanto ao primeiro projeto, esse foi pedido vista.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso. Exatamente.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, o primeiro projeto foi aprovado, inclusive, com o voto contrário da Oposição. Correto?

O Sr. Rosemberg Pinto: Correto. Foi aprovado.

O Sr. Samuel Junior: O empréstimo de quase R\$ 1 bilhão. O.k.? O segundo projeto foi pedido vista pelo deputado Alan. O.k.?

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso!

O Sr. Samuel Junior: E o terceiro projeto foi tirado de pauta.

Vamos para o quarto projeto, rapaz. Estamos indo!

O Sr. Rosemberg Pinto: O terceiro projeto foi tirado de pauta. Agora é o quarto.

O Sr. Samuel Junior: Agora é o quarto, o quarto!

O Sr. Rosemberg Pinto: Agora é o quarto projeto! O quarto! Agora é o quarto projeto, o quarto!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esclarecida toda a dinâmica de votação, passemos agora ao próximo projeto.

Trata-se do PL nº 25.027/2023, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, na forma que indica.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Hilton.

O Sr. Robinho: O deputado Vitor Bonfim é o relator oficial da Casa?

O Sr. Vitor Bonfim: Do governo. (Risos)

O Sr. Robinho: Presidente, o Vitor Bonfim é o relator oficial? É só ele? Por que, em relação a todos os projetos, é só ele quem relata aqui?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É indicação do líder.

**O Sr. VITOR BONFIM:** Passo a relatar o seguinte parecer.

(Lê) “*PARECER*

*das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Saúde e Saneamento; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.027/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, na forma que indica.’*

*Apresenta, o Poder Executivo, para apreciação pela Assembleia Legislativa, o projeto que ora venho relatar, visando ‘ajustar a Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, à Resolução nº 11 da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, datada de 11 de maio de 2023, que autorizou a preparação do Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos e os seus Impactos na Saúde da População do Estado da Bahia, com o financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, que tem como objetivo promover o desenvolvimento social com equidade no Estado, ampliando o acesso à água em quantidade e qualidade adequadas para a nossa população’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.*

*Cuida-se, portanto, com a proposta, de promover o ajuste da Lei nº 13.549/2016 à recente Resolução da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX.*

*O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como ante a inexistência de óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.*

*É o parecer, s.m.j.*

*Sala das Sessões, 13 de setembro de 2023.”*

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão, no âmbito das comissões.

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: O senhor pede para ajeitar meu microfone aqui, Sr. Presidente?

Oi, oi.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está ótimo o som.

O Sr. Samuel Junior: Apesar de V. Ex.<sup>a</sup> ter encaminhado a discussão no âmbito das comissões, eu já quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup> uma verificação de quórum com chamada nominal, nas comissões.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já tinha anunciado a discussão. Com a palavra o deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu queria pedir a todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes no Plenário, uma vez que há uma solicitação, já antecipada, feita pelo deputado Samuel Junior, para uma verificação de quórum no âmbito das comissões, ou seja, V. Ex.<sup>a</sup> está pedindo a votação nominal no âmbito das comissões.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes, presidente, para que a gente possa votar este projeto e atender à solicitação do deputado Samuel Junior no prazo regimental de 15 minutos, a fim de que a gente pudesse votar no âmbito das comissões.

Para o entendimento de todos, presidente, antes de marcar o tempo, quais são as comissões que serão colocadas para verificação? No parecer, quais são as comissões? Eu estou perguntando isso porque, no outro projeto, eu não entendi por que a Comissão de Meio Ambiente. Então, deve-se verificar quais são as comissões para a gente ter segurança do que a gente vai votar.

O Sr. Samuel Junior: Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito à equipe técnica da Casa para marcar o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Era isso o que eu ia pedir a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Zere o painel e marque o tempo de 15 minutos e vamos à chamada.

Comissão...

O Sr. Samuel Junior: Não, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me dá um aparte? É que V. Ex.<sup>a</sup> pediu para zerar o painel. Não foi pedido o quórum de votação, foi pedido o quórum nas comissões. Não é necessário zerar o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso. Rosenberg já tinha pedido...

O Sr. Samuel Junior: Não, é porque eu, seguindo orientação do senhor...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): 15 minutos, 15 minutos. Zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Não, não precisa zerar o painel, excelência. O que V. Ex.<sup>a</sup> precisa fazer agora, dentro dos 15 minutos, é ver a chamada nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.<sup>a</sup> quer chamar...

O Sr. Samuel Junior: Aí eu já vou me antecipar a V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, correto, correto.

O Sr. Samuel Junior: Isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, refaz o tempo aí, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Solicito marcar 15 minutos no painel.

Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Vamos à chamada.

Maria del Carmen...

O Sr. Samuel Junior: Maria del Carmen está ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Júnior Nascimento.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Júnior Nascimento está ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Alan Sanches.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Alan Sanches está ausente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presente ali.

O Sr. Samuel Junior: Ausente. Alan, ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Euclides Fernandes, presente. Marque aí, Carlinhos.

Ainda há os deputados: Felipe Duarte, Ivana Bastos, Matheus Ferreira...

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Matheus Ferreira?

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vitor Bonfim, Jurailton...

O Sr. Samuel Junior: Jurailton está ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Paulo Rangel...

O Sr. Samuel Junior: Paulo Rangel está ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Robinson Almeida.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tiago Correia.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

Só há quatro deputados presentes, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A próxima é a Comissão de Infraestrutura.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. São eles: Eduardo Salles.

O Sr. Rosemberg Pinto: Cadê Maria?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eduardo Salles.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pedro Tavares.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pelo amor de Deus!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Samuel, V. Ex.<sup>a</sup> é fiscal de tudo? Vamos fazer, vamos deixar...

O Sr. Samuel Junior: Eu não sou fiscal de tudo não, excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pedro Tavares.

O Sr. Samuel Junior: (...) eu estou cumprindo o papel de auxiliar V. Ex.<sup>a</sup> por duas razões. Primeiro, quem pediu a questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup> foi eu. No cargo de segundo-secretário, também me compete auxiliar o senhor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Bobô.

Pedro Tavares está presente?

Bobô. Bobô. São dois presentes.

Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro e Marcinho Oliveira.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Penalva.

O Sr. Samuel Junior: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Raimundinho da JR.

Passo à chamada dos suplentes: Kátia Oliveira, Maria del Carmen.

Há cinco deputados. Completou o quórum.

A próxima é a Comissão de Saúde e Saneamento. Vamos à chamada.

Alex da Piatã, José de Arimateia, Eduardo Alencar, Fabíola Mansur, Hassan, Jordavio e Luciano Araújo.

Há quórum. Fecharam-se, portanto, as comissões.

Falta fazer a chamada dos membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Vamos à chamada para a Comissão de Educação.

Olívia Santana, Penalva, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Jurailton Santos, Robinson Almeida, Rosenberg Pinto, Soane Galvão e Fabíola Mansur.

Há quórum suficiente.

Para fechar, Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Vamos à chamada.

Vitor Bonfim, presente; Tiago Correia; Angelo Coronel Filho, presente, dois; Bobô, presente, três; Hassan, quatro; Paulo Rangel; Robinho; Zé Raimundo, cinco. Estão presentes cinco deputados.

Voltemos agora à segunda chamada nominal dos membros da CCJ.



Maria del Carmen, Junior Nascimento, Alan Sanches, Euclides Fernandes, Felipe Duarte, Ivana Bastos e Vitor Bonfim.

Fechou.

Em votação o parecer lido pelo relator, no âmbito das comissões.

O Sr. Samuel Junior: É só para deixar claro que V. Ex.<sup>a</sup> não havia falado “no âmbito das comissões”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os Srs. Deputados que aprovam o parecer lido permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O projeto agora, no Plenário, o projeto...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) nº 25.027/2023, para discussão.

O Sr. Samuel Junior: Não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Votação.

O Sr. Samuel Junior: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes) Há inscritos?

O Sr. Samuel Junior: Se há deputado inscrito, vamos ouvir o deputado inscrito, mas queremos pedir a V. Ex.<sup>a</sup> quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está em discussão primeiro. A gente...

O Sr. Samuel Junior: Sim, senhor

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) discute, depois vota, não é assim?

O Sr. Samuel Junior: Sim, senhor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Hilton Coelho, para discutir.

**O Sr. HILTON COELHO:** Sr. Presidente, queremos aqui nos pronunciar sobre o projeto. É um projeto que visa o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica, nossa fala não vai ser uma fala com grande duração. Queremos, mais uma vez, registrar um problema central em todos os projetos que estão relacionados a pedidos de empréstimo por parte do governo.

Esse é um projeto que totaliza cerca de US\$ 18 milhões, ou seja, 118 milhões,...é...é...é...dólares americanos que tem por objetivo essa recuperação de áreas ambientais. Ele não consegue, mais uma vez, detalhar as informações. Não existe detalhamento em relação à execução dos recursos, que não são recursos desprezíveis para uma área central, é um problema gravíssimo, um problema ambiental na Bahia hoje.

Mas nós podemos, não pela pesquisa do projeto, mas em relação à política do governo, no que se refere a esses territórios de identidade especificamente... Existem

lutas que estão sendo desenvolvidas justamente em municípios relacionados aos territórios de identidade do Sul da Bahia, do Litoral Sul e do Vale do Jiquiriçá que fazem com que o nosso mandato, apesar de todas as imprecisões do projeto, tenha um posicionamento a favor dele.

Então, nós queríamos indicar o voto do Psol a favor do projeto, mas vamos fazer essas ressalvas sobre a necessidade de o governo prestar esclarecimentos que são importantíssimos para que façamos o trabalho como legislador e possamos apresentar à sociedade o que foi a produção desta Casa. Mas o voto do Psol vai ser um voto favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próximo inscrito para discutir o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Samuel Junior: Tem, sim. A deputada Kátia Oliveira se inscreveu. Como é que não tem, V. Ex.a?

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alencar está inscrito também para discutir o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Não dá, querido! Não vamos utilizar aqui, foi esse o combinado, que seria feito esse debate municipal ao término. Foi combinado isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder, repare, a Mesa encaminha...

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) as inscrições dos deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto: Inscreva, por gentileza, o deputado Eduardo Alencar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Se o líder diz que a deputada está inscrita, eu não posso dizer que não está...

O Sr. Rosemberg Pinto: É porque nós tínhamos feito essa combinação aqui antes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sim, querido. Então os líderes, por favor, decidam e definam. O que não pode é a Mesa falar pelas lideranças.

O Sr. Samuel Junior: É prerrogativa do parlamentar se inscrever para discutir o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Kátia Oliveira e Eduardo Alencar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a deputada Kátia Oliveira.

**A Sr.<sup>a</sup> KÁTIA OLIVEIRA:** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, volto a esta tribuna, coisa que eu não queria. Este é um assunto que eu gostaria de até discutir internamente lá, na cidade de Simões Filho, se o ex-prefeito fosse presente no município, mas infelizmente ele só aparece meses antes das eleições.

Enfim, eu volto a esta tribuna, Sr. Presidente, porque eu não posso ficar calada diante de coisas que não são verdadeiras. O ex-prefeito chega a esta tribuna e traz informações que não condizem com a verdade. Uma delas é sobre o valor da folha de pagamento de pessoal da cidade de Simões Filho e também sobre a arrecadação da cidade de Simões Filho. Ele não sabe. Ele traz informações que não são verdadeiras, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ivana Bastos. Aí eu tenho de vir para contrapor.

Quando a gente tem a verdade, a gente não pode se calar porque existe um ditado que diz “quem cala consente”, e eu jamais iria consentir com aquilo que não é verdade. Eu fui criada dessa forma, eu tenho formação tanto familiar como cristã, e que a gente precisa falar a verdade, mesmo que essa verdade doa.

Então, o ex-prefeito chega a esta tribuna e diz que a arrecadação do município é R\$ 38 milhões, que a folha é R\$ 32 milhões. Isso não é verdade. A folha de pagamento de pessoal do município de Simões Filho é de R\$ 26 milhões. A arrecadação hoje é R\$ 49 milhões agora, com a queda do repasse de FPM, e essa foi de 30%. Então, era muito mais que isso! O município hoje tem condições, sim, de honrar os compromissos, e tem feito isso.

Aí chega o ex-prefeito a esta tribuna e começa a falar coisas que não são verdades. Ele relatou algumas informações que são da época em que ele era prefeito daquela cidade, quando atrasava o pagamento dos salários dos servidores municipais. O servidor trabalhava, mas não tinha o dia certo para receber o seu salário, porque não sabia, porque atrasava. Às vezes, pagava-se no meio do mês subsequente. Era uma falta de respeito terrível com os servidores daquele município.

Isso não acontece hoje. O servidor recebe em dia, em Simões Filho. Além disso, ainda o prefeito Diógenes Tolentino consegue antecipar os vencimentos salariais do servidor, coisa que não acontecia. O município não tem dívida com o INSS, não tem com as concessionárias de água, luz e telefonia, coisa que tinha antes. Sr. Presidente, o ex-prefeito deixou o município com mais de 40 milhões em dívidas. E ele sabe disso. Quanto a essas dívidas, o projeto foi enviado para Câmara de Vereadores, e os vereadores o aprovaram. O município tem de pagar o parcelamento das dívidas deixadas pelo ex-prefeito Eduardo Alencar.

Então ele fala de uma situação que era da época dele e quer trazer isso para a atualidade e para o momento de hoje, que não é verdade.

Nós temos um hospital que hoje, Sr. Presidente, tem 10 leitos de UTI totalmente custeados, mantidos e equipados com recursos próprios. Não temos recursos do governo estadual. Não temos recursos do governo federal. Isso era coisa que não acontecia quando o ex-prefeito, que é médico, não conseguia implantar, sequer, um leito. Ele fala coisas que não são verídicas, que não são verdades.

E a gente sabe que hoje o município, para ter condições de manter a folha em dia, pagar os fornecedores em dia, os aluguéis dos estabelecimentos em dia e fazer obras, fazer saúde, que não tinha à época dele, é porque nós temos lá um gestor competente e comprometido que dorme e acorda naquele município, que vive aquele município.

Então não posso simplesmente aqui ouvir o ex-prefeito falar coisas que não são verídicas, que não são verdades. Como eu falei antes, eu gostaria de ter esse discurso, essa conversa lá, na cidade de Simões Filho, se o ex-prefeito fosse presente, não só na sua presença física. Digo isso porque todos nós lá, de Simões Filho, sabemos que nunca foi, nem quando era gestor, nem quando administrava aquela cidade. Mas também se esperava que ele fosse presente nas ações do estado, haja vista o ex-prefeito ter influência com o governador do estado, o atual e o anterior, ter influência com o governo federal, ter irmão senador e ter um sobrinho deputado federal.

E por que não unir forças com esta deputada, aqui? Unir forças para ajudar Simões Filho, para trabalhar para aquele povo e não prejudicar aquele povo, aquele município, coisa que ele tem feito.

Agora, vir para cá e dizer que está preocupado com o município? Meu líder Alan Sanches, claro que não está! Ele está preocupado com o processo político, está preocupado porque sabe que o atual prefeito trabalha. O prefeito trabalha sem recursos, ainda mais com recursos.

Agora, ele vir a esta tribuna para dizer que o prefeito e que o município querem pegar esses recursos destinados para obras de infraestrutura para gastar com pessoal? Pelo amor de Deus! Que incoerência é essa? Que falta de não sei nem o quê, que eu não quero falar para não ser indelicada com o colega deputado.

Claro, os recursos são para serem investidos em obras de infraestrutura, obras de infraestrutura essas que não ocorreram e não aconteceram quando ele foi prefeito de lá, durante quatro mandatos. Foram 16 anos.

Ele fala do mercado municipal que ele deixou com o telhado todo furado, com os ratos andando para lá e para cá, com roubos e assaltos que havia lá. Os permissionários não conseguiam guardar as suas mercadorias, porque elas eram assaltadas, porque não tinha segurança, não tinha infraestrutura, não tinha qualidade.

Hoje você vê lá aquele mercado totalmente requalificado. Os permissionários estão trabalhando de forma digna, os consumidores estão indo lá comer o seu mocotó, comer o seu feijão e consumir naquele mercado. Quanto ao mercado, dá gosto de entrar.

Ele fala de um recurso tomado para requalificar o Estádio Municipal Reitor Edgard Santos que hoje está servindo para ser uma das sedes da Copa Interbairros de Futebol de Campo, haja vista Simões Filho estar com a política muito boa. E está aí o primeiro da chave. O primeiro do grupo é Simões Filho. Então, até isso, até o futebol de Simões Filho tem avançado na gestão do prefeito Diogenes Tolentino.

Então, a gente vê que o hospital hoje atende e faz todo tipo de cirurgia eletiva. No entanto, ele, deputado Eduardo Alencar, vem para cá desconstruir. Só o que eu quero dizer que as pessoas estão lá. As pessoas estão vendo. As pessoas estão vivendo Simões Filho.

Eu acredito que todos os colegas deputados conhecem, repito, conhecem. Tanto os deputados da Oposição como aqueles que fazem parte da bancada do ex-prefeito sabem como era a cidade de Simões Filho. Esta é uma cidade vizinha, a 30 minutos

de Salvador, e todos sabem como era Simões Filho em todos os aspectos nas áreas de saúde, infraestrutura, segurança.

Hoje Simões Filho vive uma nova realidade.

Não adianta vir para esta tribuna e falar aquilo que não é verdade, porque contra fatos não há argumentos. E há o fato de que Simões Filho hoje vive uma nova realidade.

Por que impedir Simões Filho de continuar a crescer e se desenvolver? Haja vista o fato de todos os municípios estarem passando por momentos difíceis, melhor, momentos econômicos e financeiros difíceis, com a queda do repasse do FPM. Neste mês, houve a queda de 30% no repasse para os municípios. Isso prejudica, sim, os municípios. Mas, para ele, isso está pouco. Quanto mais prejudicar aquele povo, quanto mais prejudicar aquele município, para ele está bom. Isso é amor por Simões Filho? Isso é compromisso com o povo? Isso é compromisso com o seu mandato? Não é. Infelizmente não é.

Eu estou disposta a sentar com deputado para discutir Simões Filho, mas discutir com verdade. Vamos ver de que forma a gente consegue ajudar, juntos, o nosso município. É dessa forma que a gente pode, deputado, ajudar o município.

Bem, não se deve entrar na justiça contra o empréstimo aprovado por todos os órgãos do Tesouro Nacional. Eu tenho, inclusive, o parecer do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda que fala da situação do município, que o município está apto. Inclusive, eu vou ler, Sr. Presidente.

Já vou finalizar o meu discurso.

(Lê) “(...) *Comunico que este Ministério da Fazenda, conforme dispõe o art. 32 da Lei Complementar número 101/2000 e as Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e nº 48/2007, tendo por base os documentos enviados e as informações disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional, VERIFICOU, no dia 30 de junho de 2023, os limites e condições para realização de operação de crédito e obtenção de garantia da União e entende que o proponente CUMPRE os requisitos prévios à contratação, conforme minuta do contrato de financiamento encaminhada e cronograma financeiro constante do SADIPEM nesta data e nos seguintes termos:...*”

Então, eu estou com o parecer do Tesouro Nacional. Eu estou com o parecer do Ministério da Fazenda dizendo que o município cumpre todas as exigências, ou seja, está apto a contrair empréstimo. Tanto isso é verdade que o mesmo foi assinado, ou seja, o empréstimo do município com a Caixa Econômica Federal. Portanto, o município está apto e tem condições de pagar.

Então, Sr. Presidente, finalizo o discurso.

Espero que este assunto também seja finalizado. Digo isso porque eu trago relatórios, trago pareceres. Eu venho com a verdade, mas com a verdade não só nos papéis, mas a verdade de uma cidadã que mora naquela cidade, que conhece as ruas, que conhece lá o Jardim Oceania, que está lá precisando de pavimentação. Aquele povo está precisando, à época das chuvas, de pisar no asfalto e, à época do sol, de arrumar sua casa para a poeira não entrar.



Eu falo em nome da comunidade do bairro de Oiteiro. Essa comunidade existe há mais de 50 anos, Sr. Presidente. À época do ex-prefeito, nem o ônibus entrava. Hoje entra ônibus. Hoje tem iluminação. Mas eles precisam viver de forma digna, precisam pisar no asfalto, precisam, sim, de um campo de futebol, precisam de uma praça, uma praça de lazer.

E é isso o que o ex-prefeito está querendo: impedir que essas comunidades possam viver bem e viver melhor!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem de inscrições, eu convido o deputado Leandro de Jesus para discutir o projeto.

**O Sr. LEANDRO DE JESUS:** Eu volto a esta tribuna novamente.

Sr. Presidente, cumprimento os colegas exatamente para externar as muitas preocupações que ocorrem neste dia, porque estamos falando de projetos que visam a aprovar empréstimos multimilionários ao governo da Bahia, ao governo do PT.

Agora fica a pergunta. Aliás, é uma afirmação e é uma constatação. Eu acho que o governo do PT está quebrado na Bahia. Quebrou e quebrou de vez! Não funciona mais nada, porque só sobrevive se for através de empréstimos. Cadê a boa gestão? Cadê a boa gestão que se esperava ou se poderia esperar deste governo?

Para quem gosta de ilusões, aí a gente tem de questionar também esses valores estratosféricos. Será que é para a continuidade da construção da grande ilusão da Ponte Salvador-Itaparica? Não tem um prego, não tem um tijolo batido. Ou será que é para o VLT do Subúrbio? Esse também está lá há anos e anos. É um projeto, uma utopia, uma ilusão, uma enganação do PT que prejudica tanto o nosso povo. Não! Eles dizem que é para melhorar a saúde.

Será que o povo já não aprendeu? Eu tenho certeza de que sim, porque o que nós estamos vivenciando, na nossa Bahia, é o genocídio do povo baiano. Se falava tanto e se falou tanto, aliás, a esquerda e o PT usaram tanto a palavra genocídio. Mas é aquela coisa, como eu gosto de repetir aqui: acusem-nos do que você faz; chamem-nos do que você é.

Digo isso porque é a história do PT na Bahia, é a história do verdadeiro genocídio, porque mata o povo na fila da Regulação, mata o povo de fome, porque, Alan, não tem oportunidade, não tem um emprego decente. Deve-se ter um estado que gere emprego. Mata o povo, também, com a violência que está aí.

Eu deixo um recado para o nosso povo baiano e para o povo de Salvador, nosso povo soteropolitano tão amado, da Região Metropolitana também. Cuidado! Cuidado, povo, ao ir à rua! Tomem cuidado! Digo isso porque o PT entregou o nosso estado às facções. Agora, perdeu o controle, perdeu o controle!

Agora, estamos pagando este vexame. Estamos pagando com a vida de inocentes. E a responsabilidade está na mão do PT, na mão da esquerda, porque eles foram lenientes com a criminalidade, com as facções.

Quem não lembra do secretário anterior de Rui Costa que tinha amigos maconheiros, que falava em favor da descriminação, que mais defendia bandido do que a população?

Nós não vamos esquecer.

E, aí, precisamos de dinheiro! Ó, dinheiro, dinheiro, dinheiro!

Aí eu pergunto. Melhor, fica, aqui, a pergunta à Bancada do Governo.

(O orador mostra o celular.)

Está aqui! Não sou quem está dizendo, viu? Não sou eu. Está aqui na matéria do *Bnews*: “*Rui Costa fez manobra para gastar R\$ 2,15 bi sem prestar contas.*”

Foram R\$ 2,15 bilhões sem prestar contas! Cadê esse dinheiro? Investiu onde?! Onde?! Fica aqui a pergunta, eu gostaria que algum deputado da base respondesse essa pergunta. Esse dinheiro foi para onde? Foi para a ponte? Foi para o VLT?

Aliás, será que vai, então, para o novo modal? Porque o Jerônimo gosta de usar essas palavras da moda: “É o novo modal Salvador-Feira de Santana”. Quem viu... Acho que os meus colegas aqui viram o anúncio: “Vou aprovar o estudo de viabilidade do novo modal Salvador-Feira de Santana”. Mas não tem a mínima vergonha de seguir enganando o povo.

Ora, estamos vivenciando essa tragédia na Bahia, onde nada funciona. O engano, a mentira do VLT e da ponte, aí o cara vem falar de transporte rápido, confortável, novo modal Salvador-Feira de Santana. Pelo amor de Deus! Será que vai para lá esse dinheiro, para mais essa obra ilusória do engano? É a obra do engano que vem matando o nosso povo. Fica aqui a pergunta.

Então, assim, eu fico realmente constrangido. É um constrangimento estar aqui hoje, mais uma vez, em um governo que acabou. Eu tenho aqui a ousadia de dizer que o governo do PT na Bahia acabou, acabou, não existe, é uma ilusão. Se formalmente não acabou, materialmente não existe mais. Aguentaremos isso aí até 2026 e nada mais. Tenho certeza de que não vai passar mais disso porque o povo cansou. Por isso, eu desafiei aqui quando se falava ou se falou que agora o pobre vai ser atendido ou é atendido de avião. Quando precisa de atendimento à saúde, é transportado de avião.

Onde? Onde? Eu nunca vi isso. Você vai a qualquer UPA, o povo está lá morrendo, sofrendo, é uma verdadeira tortura, por isso que eu chamo de genocídio, porque são milhares de pessoas ao ano que morrem sem atendimento, sem ter um atendimento digno, a chance de sobreviver. Aí você soma esse desastre da regulação com o desastre da insegurança pública, o desastre da fome que o PT impõe aqui, na Bahia, o desastre da educação, que o PT destruiu, ou seja, não tem nada de bom neste estado porque o PT destruiu tudo.

Mas ele gosta é de dinheiro. Dinheiro, empréstimo, milhões, milhões, como está aqui, não precisa nem querem prestar contas, não querem ser fiscalizados. Não querem prestar contas a quem? Prestar contas a Leandro de Jesus? Não, prestar contas ao povo, prestar contas ao povo, Samuca, porque o dinheiro é do povo.

É um povo já tão sofrido, que, quando vai ao supermercado comprar um palito de fósforo, paga imposto; quando consegue o dinheiro para comprar uma farinha, para alimentar as suas crianças famintas que o PT jogou na fome, paga imposto. Imposto! Imposto! Imposto!

Mas o PT não gosta de prestar contas, não gosta de transparência em nada, seja na utilização dos recursos, seja na regulação, porque não tem, não tem transparência na regulação.

Falou aqui que, no passado, apenas quem tinha algum conhecimento com político conseguia atendimento. E hoje? Prove-me que mudou. Cadê a transparência na regulação? Cadê? Tem projeto aqui, na Casa, para tornar a regulação transparente. Veja se o PT tem interesse. Não tem porque virou negócio, porque se conhece fulano, que conhece sicrano, aí a fila da regulação, a coisa ali na entoca, fechada, aí anda, aí anda! Agora, meus amigos, o povo não tem acesso. É mentira, é a obra do engano. PT é a obra da mentira, é a obra do engano, é a obra da destruição.

Em âmbito federal, o que o ex-presidiário está fazendo? Viajando com o nosso dinheiro. Até a *Folha de S.Paulo*, que é aliada do Lula, aliada do PT, aliada histórica, que fez campanha a favor do Lula, até a *Folha de S.Paulo* está criticando. Está lá: “Já gastou mais do que todos os anteriores”.

É o Lula que gosta de viajar para esbanjar com nosso dinheiro, é hotel de luxo, é hotel de luxo! Cada viagem lá, ó... não está saindo do meu bolso mesmo, toma lá. Cartão corporativo, cartão corporativo, é o povo que vai pagar mesmo, não está preocupado com nada. Até avião novo ele quer, é avião de luxo, com a cama de casal bem confortável para ele ficar lá curtindo com a Janja enquanto o povo aqui passa fome.

Enquanto o povo está aqui largado em meio a esse caos, essa violência, o Lula está lá viajando e quer gastar R\$ 40 milhões num novo avião. Rapaz, é uma vergonha, é constrangedor. Eu sei que tem muitos deputados que estão aqui na base e que se sentem constrangidos porque é vergonhoso, é muita vergonha, é constrangimento o que o PT vem fazendo com o nosso Brasil, o ex-presidiário Lula. E aqui, na Bahia, esse caos instalado.

Mas eu quero, mesmo diante dessa situação, que é inegável, e aqui vale o destaque aos senhores, meus amigos, colegas deputados, deputados da base também: o povo abriu os olhos. Se antes não se percebia nos menores municípios e mais longínquos do nosso estado, em qualquer região, se antes não se percebia, hoje o povo está abrindo os olhos porque vem sofrendo com a fome, com a violência, com a ausência de uma educação de qualidade. Abriram os olhos, e hoje o povo consegue apontar de onde vem o problema, e os senhores sabem disso.

Enquanto isso, a vergonha alheia, presidente. Eu me sinto envergonhado, por quê? Eu não tenho nada a ver com isso porque eu não sou governo, não estou na Base do Governo, mas eu me envergonho porque, diante dessa tragédia que nós estamos enfrentando aqui na Bahia, o governador vai lá na rede social – porque o governador acha que virou tiktok, virou influencer, virou youtuber –, ele vai lá para escolher a musiquinha do dia para as cidades que ele vai viajar.

O que é isso?

Que falta de respeito é essa? Essa dor que nós estamos enfrentando, um policial que perdeu a vida agora há pouco por culpa do PT, que deixou o estado chegar a esse caos. Quantas vidas perdidas, famílias violentadas por essas facções?! E aí o governador virou tiktokker, virou influencer, ele quer dar uma de digital influencer, quer ser engraçadinho.

Realmente é um vexame porque eu tenho muito, muito a criticar do PT, mas eu não sabia que iria chegar neste nível, o nível dos vexames, da vergonha, a vergonha alheia, a falta de seriedade, de postura de um sujeito que, até agora, não mostrou para que veio, não assumiu o seu papel de governador. Por quê? Porque não sabe governar. Foi escolhido, assim, aleatoriamente, “Deixe-me ver quem eu pego aqui”, “Ah! Pega esse aqui que é mais amiguinho e bota lá”.

Hoje nós estamos vendo, dentro do próprio PT, a briga. É Jaques Wagner que puxa para cá, é Rui que puxa para lá. Por quê? Está se destruindo por dentro, porque o mal destrói a si próprio, e está acontecendo, está derretendo, está derretendo porque ninguém quer assumir esse grande caos, esse problema, essa destruição que se aprofundou em nosso estado da Bahia.

Isso é vergonhoso diante de tantos problemas, tanta ausência de transparência, tanto mau uso do dinheiro público, tanto desperdício do nosso dinheiro, a exemplo do que eu citei aqui, o VLT, a Ponte Salvador-Itaparica. Foram R\$ 300 milhões da ponte, não tem um prego batido. VLT, lá se vai os milhões, não tem nada lá, é só para estudo de viabilidade, quem é que está levando esse dinheiro eu não sei, estudo de viabilidade caro, e quem está por trás disso ninguém sabe.

Então, é lamentável estar aqui hoje nesta situação vexatória, mas o nosso povo está cada vez mais consciente da importância do seu voto, eu tenho certeza de que a resposta virá tanto em 2024 como em 2026.

E ao povo de Salvador fica aqui o meu recado específico: soteropolitanos, vocês que residem aqui em Salvador, veja o caos, o caos, a destruição, a miséria e a violência que o PT implementou na Bahia. Vocês vão querer isso aqui para Salvador? O ano de 2024 vem aí, eles querem tomar esta cidade, esta capital. Não permitam, não permitam, o seu voto tem valor, o seu voto é o seu futuro, o futuro das suas famílias.

Não permitam que Salvador seja sitiada, tomada por esse projeto de destruição, bem como os demais municípios do nosso estado. Precisamos de mudança, que seja o fim dessa era das trevas. Que em 2026 o povo também dê a resposta nas urnas. Chega! Chega de sofrimento, chega desse genocídio do PT aqui na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao próximo inscrito, deputado Eduardo Alencar.

**O Sr. EDUARDO ALENCAR:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas presentes, retorno a esta tribuna porque é importante esclarecer aqui o que está acontecendo, com referência ao município de Simões Filho. Isso porque eu acho que a deputada não entendeu meu raciocínio ainda. Eu quero dizer, deputada, que um município que tem tanto dinheiro, como a senhora está falando aí, com tanto crédito, para que tomar empréstimo? E são empréstimos altos, com valores altos e juros altos.

Se tomar esse empréstimo de R\$ 25 milhões, que já tomou, além dos R\$ 11 milhões e dos R\$ 85 milhões, Simões Filho vai pagar, ao mês, R\$ 4 milhões. Se tem R\$ 4 milhões para pagar juros e mais o capital, por que tomar um empréstimo? É isso que eu não consigo entender. Nem eu, nem o povo de Simões Filho.

Ela disse que a cidade de Simões Filho, hoje, não tem a folha de 32 milhões, 420 mil reais, mas se puxar o e-TCM no seu celular agora, deputada, V. Ex.<sup>a</sup> verá que a folha é de 32 milhões, 420 mil, 750 reais; a receita é, realmente, de 47 milhões, 17 mil reais. Aumentou. E isso aqui sem descontar os 25% da educação e os 15% da saúde, deputado Alan Sanches. Pois todos nós sabemos que é constitucional que 25% da receita do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios seja descontado para a educação e 15% para investir na saúde.

Quando ela fala que construiu uma UTI, todos nós sabemos que a UTI não é só a construção, não é só colocar, lá, as macas e as medicações. O mais importante de tudo são os profissionais da saúde, que são especialistas em UTI e têm a obrigação de ter a qualificação, tanto o médico, como a enfermeira e o técnico em enfermagem. Lá, não existe isso. Lá, não há esses profissionais. Há a profissional que coordena a UTI, mas quem mantém a UTI funcionando são os profissionais que estão na emergência.

Podemos formar uma comissão de saúde. Nós dois fazemos parte da Comissão de Saúde, então vamos aprovar uma fiscalização junto aos órgãos competentes, para que eles tomem conhecimento do que está acontecendo na UTI do município de Simões Filho. E, se o que eu estou falando é mentira, ela vai abrir as portas para nos receber, lá, com a maior boa vontade.

Então o que eu estou falando, deputada... Olha, a deputada fala em construir UTI. O Hospital Municipal de Simões Filho foi construído por mim com recursos próprios. Todas as obras feitas por mim, durante o período em que fui gestor, foram construídas com recursos próprios, tanto na construção civil quanto nas partes de saúde e de educação, sem tomar um único empréstimo.

Quando ela fala que eu deixei dívida, a dívida à qual ela se refere, que ela não tem a coragem de falar, é a dívida do INSS. Todos os municípios do estado da Bahia e do Brasil têm dívidas com o INSS, mesmo porque a legislação é complexa. Muitas e muitas vezes, a equipe técnica deixa passar, deixa de recolher valores, que são descobertos nas auditorias que o INSS faz, e você renegocia essa dívida. O esposo dela, como prefeito, também vai deixar dívida, repito, também vai deixar a dívida com o INSS. Então não foi só o prefeito Eduardo Alencar que deixou.

Ela diz que eu deixei dívida, que eu deixei a folha sem pagar. Puxe aí, deputada, a minha prestação de contas do ano de 2016 e veja se não estão aprovadas



as minhas contas e se não fiz todos os índices. Quanto ao que eu deixei para pagar, deixei dinheiro em caixa superior ao valor dos restos a pagar. É fácil. É só puxar aí. Se não tiver, se aí no celular dela, no e-TCM, não tiver valores maiores do que o que deixei para pagar, eu renuncio ao meu mandato de deputado aqui agora nesta tribuna.

Puxe aí, dê uma oportunidade a ela e a qualquer outro aí para pedir ao e-TCM 2016, dezembro de 2016. Se não estiver... Olhe o que eu estou falando, deputada, se o resto a pagar não for menor do que o que tem em caixa, eu renuncio ao meu mandato de deputado daqui desta tribuna agora. Eu quero que a deputada faça isso aí e me responda. Se não der tempo hoje, traga na outra semana, amanhã de manhã, mande puxar no e-TCM e veja as minhas contas, veja se nos restos a pagar das minhas contas tem alguma coisa a pagar.

A deputada não entendeu o que eu quis falar. Simplesmente, deputada, eu sou contra o seu esposo endividar, em R\$ 121 milhões, o município de Simões Filho, com juros muito altos, impagável, e vai ficar uma prestação mensal, deputado Rosemberg, de R\$ 4 milhões por mês. Quem tem R\$ 4 milhões por mês para pagar de juros não necessita tomar empréstimo, pegue os R\$ 4 milhões e invista no município de Simões Filho em obras de requalificação, em praça, em hospital, na educação e na infraestrutura do município.

Então, este aqui é o meu pronunciamento, é a forma que eu tenho, que tive... Eu agradeço ao Sr. Presidente, ao líder, que me dá essa oportunidade de me expressar e dizer o meu sentimento, dizer por que estou aqui nesta tribuna defendendo o povo de Simões Filho, os munícipes de Simões Filho, que não querem esse empréstimo.

São milhares de pessoas me telefonando pedindo que tome providência para que esse empréstimo não saia porque vai endividar o município por muitos e muitos anos, serão mais de 10 anos pagando esses valores. Então, é a forma que eu tenho de defender Simões Filho, como todos os deputados têm aqui de defender os interesses da Bahia e dos municípios que eles representam.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Eduardo Alencar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Discutido o Projeto nº 25.027/2023, passemos agora para a votação em Plenário...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem, Sr. Presidente! Questão de ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> verificasse o quórum de votação para o projeto que acabamos de discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, atenderemos... Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu queria, já que o deputado está pedindo essa verificação de quórum, já, a priori, chamar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui para a gente atender a uma solicitação de verificação de quórum, são 32 deputados.

Eu queria, presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> marcasse os 25 minutos regimentais e pedisse também para que todos os deputados se fizessem presentes para atender à verificação de quórum do deputado Samuel.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Serão atendidas as questões de ordem dos dois deputados.

Por favor, a mesa técnica, agora, sim, zere o painel, 25 minutos, e eu convido todos os deputados e deputadas a comparecerem ao Plenário porque há uma questão de ordem para verificação do quórum de votação.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Deputadas que estão nos gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário para registrar a presença porque há uma questão de ordem solicitando o quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, aproveitando que ainda faltam cinco deputados, é... nós tínhamos feito um acordo, eu e o deputado Alan, para votarmos projetos de deputados hoje. Depois jogamos, em função do adiantar do horário, para a votarmos amanhã e quarta-feira.

Tem dois projetos aqui, um é o da deputada Ludmilla, que é uma correção do voto do deputado Pablo, que nós votamos aqui e foi feito, o projeto tinha um erro e aí nós votamos. É uma correção. O projeto da deputada Ludmilla é apenas porque no dia, agora em novembro, vai acontecer a implantação da nova fábrica de cerveja lá em Alagoinhas, e o projeto está designando essa cidade de “a capital da cerveja”. É apenas essa designação.

Então, nós tínhamos feito uma combinação de que seria por consenso, de que poderíamos votar hoje esses dois aqui e os outros na próxima terça e quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguiremos as orientações do líder.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso! Inclusive eu já estou com dispensa de formalidades de alguns projetos aí, mas quero pedir desculpas aos deputados e deputadas para que possamos votá-los amanhã. E depois votamos os projetos de deputados por conta dos projetos... São 33 projetos de deputados que estão tramitando na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Deputadas, compareçam ao Plenário para o registro das presenças, pois há uma questão de ordem solicitando quórum de votação.

Inclusive, nobre deputado Rosemberg, como há um acordo, o depu... o depu...

(O deputado Rosemberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sei, eu digo assim, é que que haverá a votação de deputados aqui, de projetos de deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, já deu quórum, 31, a deputada Fabíola está registrando a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restaurado o quórum.

Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Queria pedir vista do projeto... vista do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Olha, o pedido de vista é no parecer, porque, lido o parecer, qualquer deputado o solicita para, inclusive, contrariá-lo, dar o voto e, se for o caso, trazer um parecer em separado.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria só fazer um questionamento a V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> que tem uma inteligência acima da média, eu gostaria de dizer o seguinte: nós estamos na comissão, V. Ex.<sup>a</sup> vai ler o parecer, a comissão só pode iniciar até mesmo uma leitura se tiver gente, se tiver deputado. Como eu não posso verificar se tem gente para ler um parecer, e eu tenho que pedir vista, mesmo que não tenha quórum naquela comissão? Isso não procede...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, repare. O parecer foi lido, foi votado no âmbito das comissões, foi discutido, e estamos votando agora o projeto cujo parecer foi favorável.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero deixar aqui registrado, V. Ex.<sup>a</sup> pode não conceder, eu estou pedindo vista desse projeto. Se V. Ex.<sup>a</sup> colocou o projeto em votação no Plenário, eu estou pedindo vista. Se não pode...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Indeferido o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Alan Sanches: Então, esse projeto... Qual o número?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Projeto nº 25.027/2023, do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches: Vou recorrer à Mesa. Se V. Ex.<sup>a</sup> estiver correto, concordarei com o entendimento da secretaria da Mesa. Senão, não será válido esse tipo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Indeferido o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o Projeto nº 25.027/2003 no âmbito do Plenário.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os Srs. Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu estou lendo...

O Sr. Samuel Junior: Não, eu estou pedindo a questão de ordem ao senhor antes de o senhor votar no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não! Pois não!

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.<sup>a</sup> deu como indeferido o pedido de questão de ordem que o deputado Alan Sanches fez ao senhor. Até para que conste nas notas taquigráficas, V. Ex.<sup>a</sup> poderia, então, justificar por que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo o indeferimento?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Porque o ritual...

O Sr. Samuel Junior: Porque V. Ex.<sup>a</sup> só fez assim: “Está indeferido”...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) o ritual é esse...

O Sr. Samuel Junior: (...) Mas V. Ex.<sup>a</sup> não contextualizou.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) o ritual é esse: lê-se o parecer, discute-se o parecer e vai adiante. (Lê) “*Art. 81 – Qualquer membro da Comissão, ressalvada a hipótese de tramitação em regime de urgência, poderá pedir vista por 48 (quarenta e oito) horas de parecer ou proposição que não tenham sido publicados ou distribuídos em avulso com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.*

*Parágrafo único – A vista, havendo mais de um interessado, será sempre realizada em comum.”*

O Sr. Samuel Junior: Não, não entendi, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Lido o parecer, discutido o parecer, em votação no âmbito do Plenário, nobre deputado.

As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 25.027/2023**

**Altera a Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, na forma que indica.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-.....

Parágrafo único – Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento das ações previstas no Plano Plurianual do Estado que integram o Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos e seus Impactos na Saúde da População do Estado da Bahia.” (NR)

**Art. 2º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Samuel Junior: Que constem os votos contrários da Oposição, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Aprovado com os votos contrários da Oposição. Por favor, que a Mesa registre aí os votos.

O próximo projeto. Requerimento ao presidente da Assembleia.

(Lê) *“Os blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.<sup>a</sup> a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado, de logo, o Projeto de Resolução nº 3.100/2023, de autoria do deputado Pablo Roberto, que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao professor e empresário Jodilton Oliveira Souza e dá outras providências.*

*Sala das sessões, agosto de 2023.”*

Assinado aqui pelos deputados Rosemberg Pinto e Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para ler o parecer, o nobre deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:** Sr. Presidente, o projeto é totalmente constitucional. Foi feita a análise, inclusive, do homenageado a partir da indicação do deputado Pablo. Por isso, apresento o parecer pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no âmbito das comissões.

Quem for favorável ao parecer permaneça como se encontra. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, o projeto de resolução.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa)

**Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.100/2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo do dia 03/05/2023.**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto. (Lê) *“Os líderes dos blocos da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.<sup>a</sup> a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado, de logo, o Projeto de Lei nº 24.951/2023, de autoria da deputada Ludmilla Fiscina, que dispõe sobre a outorga ao município de Alagoinhas, estado da Bahia, o Título de Capital Estadual da Cerveja, no âmbito do estado, e dá outras providências.”*

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:** Sr. Presidente, a deputada Ludmilla apresenta um projeto que tem uma simbologia muito grande para a cidade de Alagoinhas. Todos sabem da qualidade dos mananciais de água daquela cidade, que é reconhecida no



Brasil inteiro, no mundo inteiro. E as cervejarias, quando vêm se estabelecer aqui, na Bahia, escolhem a cidade de Alagoinhas.

Então, a homenagem à cidade, um título importante que vem ajudar ainda mais Alagoinhas a crescer e se desenvolver como a capital das cervejarias e das cervejas aqui, na Bahia.

Portanto, o projeto está dentro de toda a constitucionalidade e o meu parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão no âmbito das comissões.

Em votação no âmbito das comissões.

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário.

Em discussão no âmbito do Plenário.

Projeto de Lei n.º 24.951/2023.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

## **PROJETO DE LEI Nº 24.951/2023**

Dispõe sobre a outorga ao Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, o título de “Capital Estadual da Cerveja”, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** – Fica outorgado ao Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, o título de “Capital Estadual da Cerveja”, no âmbito do Estado.

**Art. 2º** – O Poder Executivo Estadual criará mecanismos com a finalidade de incentivar e desenvolver ações de divulgação em todo território baiano do título outorgado.

**Art. 3º** – Fica instituído no Estado da Bahia o Festival da Cerveja que será realizado anualmente, no mês de novembro, na Cidade de Alagoinhas, Bahia.

**Parágrafo único.** O Festival da Cerveja será reconhecido como manifestação cultural e de interesse social e turístico para o Município de Alagoinhas, Bahia.

**Art. 4º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Deputada LUDMILLA FISCINA**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após esta, para se votar em segundo turno os referidos projetos.

Declaro encerrada a sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Fátima Nunes, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Paulo Rangel, Roberto Carlos e Tiago Correia. (07)

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*